60 anos do Palácio da Fazenda

Medalha Comemorativa
dos 60 anos do Palácio da Fazenda

Anverso

Reverso

No anverso, releitura de antigas medalhas já existentes obedecendo a mesma diagramação e utilizando os mesmos ícones. Como elementos novos, os dizeres " Palácio da Fazenda" e "Gerência Regional de Administração - RJ".
No reverso, destaca-se um tocheiro. Os tocheiros ladeiam todos os portões da entrada principal do palácio.
`A direita deste, as eras "1943-2003". Começando sobre a elevação e tomando a parte esquerda os dizeres "60 anos do Palácio da Fazenda".
Projeto de Thereza Regina Barja Fidalgo e modelagem Alzira Duim, cunhada na Casa da Moeda do Brasil.

60 anos do Palácio da Fazenda

Edição comemorativa dos 60 anos de existência do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro

1943 - 2003

Ministério da Fazenda
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Gerência Regional de Administração - GRA/RJ

Presidente da República
Luis Inácio Lula da Silva

Ministro da Fazenda
Antonio Palocci Filho

Secretário-Executivo
Bernard Appy

Secretário-Executivo Adjunto
Arno Hugo Augustin Filho

Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração
Gildenora Batista Dantas Milhomem

Gerente Regional de Administração no Estado do Rio de Janeiro
José Alves da Costa

Ficha catalográfica

Brasil. Ministério da Fazenda. Gerência Regional de Administração no Estado do Rio de Janeiro.
60 anos do Palácio da Fazenda . – Brasília : ESAF, 2003.
92 p. il.

Edição comemorativa dos 60 anos de inauguração do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro.

1.Brasil. Ministério da Fazenda – Edifício. 2. Brasil. Ministério da Fazenda – Arte. 3. Brasil. Ministério da Fazenda – Administração. 4. Administrador – Biografia.

BMF/RJ /353.33/

Projeto gráfico
Francico Luiz Carolino da Silva

Capa
Thereza Regina Barja Fidalgo

Comissão responsável pela atualização do livro em comemoração aos 60 anos do Palácio da Fazenda
Cláudio Lafayette Pinto
Katia Aparecida Teixeira de Oliveira
Letícia Mainieri Piedade
Maria Margarida da Silva Pinheiro
Sandra Elisabete Franca Palma
Sérgio Murilo Villela Cid
Sidney Ottoni Trindade
Vera Lucia de Carvalho Guilhon

Colaboração
Amaury Patrick Gremaud - ESAF
Eugênio Ferraz - GRA/MG
Maria Regina da Costa Duarte - CMB

Fotos
Enéas Gonçalves Loreto
LuisCavalcanti Damasceno
Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda - RJ
Acervo da Fundação Getúlio Vargas

Edição de imagens
Francico Luiz Carolino da Silva
Mayra Barroso Faria

Revisão
Cesar Augusto de Aguiar Gomes
Vicente Lucarelli Dattoli

Agradecimentos especias
Eugênio Ferraz - Gerente Regional de Administração MF/MG
Gildenora Batista Dantas Milhomem - Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda
Manoel Severino dos Santos - Presidente da Casa da Moeda do Brasil
Reynaldo Fernandes - Diretor Geral da ESAF

Rio de Janeiro - RJ
2003

Sumário

Introdução........ 7
Apresentação........ 9
Comentários de Ex-Dirigentes........ 11
Pequeno histórico da construção........ 23
Lançamento da pedra fundamental........ 31
Curiosidades sobre o Palácio........ 33
A Mudança........ 41
Trechos do discurso do Presidente Getúlio Vargas........ 45
Discurso do Ministro Artur de Souza Costa........ 47
Programa de Inauguração e visitação pública 53
Regimento Interno do novo edifício (alguns capítulos)........ 54
Depoimento do arquiteto Wladimir Alves de Souza........ 55
Depoimento do engenheiro Ary Fontoura de Azambuja........ 61
Depoimento de Paulo Werneck........ 73
Breve história da Administração........ 77
Biografia dos seus administradores 82

Introdução

Foi com grande satisfação que aprovei a iniciativa da edição do livro 60 ANOS DO PALÁCIO DA FAZENDA, por tudo o que aludido prédio tem representado, ao longo de seis décadas, na vida econômica e na história política do País.

Desde o lançamento da sua Pedra Fundamental em 3 de outubro de 1938 e a conclusão das obras de construção em 10 de novembro de 1943, no Governo Vargas, durante a gestão do então Ministro Arthur de Souza Costa (1934 a 1945), o Palácio da Fazenda tem sido uma das mais representativas expressões do estilo arquitetônico neoclássico no Brasil.

Releva notar que o Palácio da Fazenda efetivamente centralizou as decisões da nossa política econômica por quase quatro décadas, pois, apesar da mudança da capital da República ocorrida em 1960, somente em meados dos anos 70 foram definitivamente consolidadas em Brasília as sedes dos órgãos fazendários, inclusive o Conselho Monetário Nacional.

Pela própria importância do prédio em nosso cenário político e econômico – e como reconhecimento de todos os brasileiros que concorreram para a materialização do seu projeto de construção – é justo e gratificante celebrar-se, neste ano, o seu sexagésimo aniversário.

Longe de constituírem apenas um marco representativo da sua antigüidade, os 60 anos de existência do edifício dão causa a que se comemore a sua continuidade, se não mais como centro das decisões econômicas do País e pelo seu notável passado, mas pelo destacado papel que hoje desempenha como uma das mais importantes projeções, no Brasil, da autoridade central do Ministério da Fazenda.

Em todo esse contexto, não se poderia deixar de conferir especial destaque à Biblioteca Central e ao Museu da Fazenda Federal, instalados no prédio, a primeira por reunir o acervo documental que atesta o passado econômico do País, e o segundo que confirma e materializa, ao tornar visíveis aos seus inúmeros visitantes, os documentos, objetos e peças de indescritível valor histórico que constituem o retrato falado desse mesmo passado, como se a resgatar, permanentemente, a memória nacional.

Convém evidenciar, ainda, que as providências administrativas visando ao tombamento do edifício, já ocorrido a nível municipal, e que se tem como provável na esfera federal, por meio do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), concorrerão para complementar, de maneira decisiva, pelas facilidades que daí advêm, os esforços materiais e financeiros compartilhados por todos os órgãos federais que nele se acham instalados, no sentido da preservação desse notável segmento do patrimônio público brasileiro.

Para finalizar, ressalto a feliz iniciativa da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, que não mediu esforços para levar avante as presentes celebrações, nas quais se insere a oportuna atualização deste livro histórico, por meio do trabalho persistente dos membros da Comissão instituída com este propósito pelo seu titular.

Gildenora Batista Dantas Milhomem
Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração

Apresentação

O Decreto n.º 24.504, de 29 de junho de 1934, que autorizou a construção do Palácio da Fazenda na Esplanada do Castelo, retrata fielmente o cenário em que se inseriam as repartições fazendárias existentes naquela época, caracterizado pela sua dispersão por vários pontos da então Capital Federal, em instalações precárias que proporcionavam inevitáveis prejuízos ao contribuinte, sem mencionar o natural desconforto dos seus funcionários, com implicações diretas na qualidade dos serviços por eles prestados à sociedade.

A construção do prédio, então, nas vizinhanças dos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Agricultura, que também vieram a se situar na Esplanada, permitiu a indispensável unidade fazendária, e, juntamente com a instalação, no mesmo local, do Tribunal de Contas da União, possibilitou a íntima proximidade e conseqüente integração de alguns dos mais importantes Órgãos do Governo Federal na época.

Os benefícios daquela sábia decisão se fazem sentir até hoje, pois apesar da mudança da Capital Federal para Brasília, em 1960, e a consolidação definitiva no Planalto Central das sedes dos órgãos fazendários, ocorrida em meados dos anos 70, o Palácio da Fazenda ainda mantém muito da sua importância original, ao abrigar, hoje, duas das mais representativas projeções regionais, do Ministério da Fazenda e do Tribunal de Contas da União.

Contudo, pela sua imponência e grandiosidade, além do cuidado dos projetistas com o seu apurado estilo arquitetônico e o emprego dos mais nobres materiais na sua construção, em uma área equivalente a 102 mil metros quadrados, a manutenção, a conservação e a constante modernização desta notável expressão do nosso patrimônio público revestiram-se de grande complexidade, o que veio afinal a se refletir em compatível escala de custos, que tenderia ao crescimento desordenado, com a passagem do tempo e o seu natural desgaste, se medidas racionalizadoras - objetivas e abrangentes - não houvessem sido tempestivamente adotadas para minimizar essa perspectiva.

Deve-se evidenciar, neste particular, a feliz coincidência da implantação, a nível nacional, de diretrizes de racionalização e contenção dos gastos públicos pelo Governo Federal, no passado relativamente recente, o que incentivou a adoção de um conjunto de

iniciativas com a finalidade, já mencionada, de atenuar o crescimento das despesas de manutenção do Palácio da Fazenda.

A aprovação do Plano Diretor do Edifício-Sede (PDES), por exemplo, ensejou a organização da ocupação do prédio em bases racionais e econômicas pelos órgãos nele instalados, o custeio partilhado das despesas comuns e o compromisso de todos de resguardar-se ao máximo os seus valores arquitetônicos e artísticos. De outra parte, a recente adaptação do edifício às exigências da modernidade concorreu para proporcionar maior facilidade de acesso e trânsito a portadores de deficiência física. Também a homologação de um abrangente e minucioso projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico permitirá, quando implementado, evitar-se com maior segurança o risco de vida e eventuais danos patrimoniais. A adaptação do prédio à crescente utilização da informática como instrumento essencial de trabalho também veio acrescentar inegáveis benefícios, com repercussões naturais na estrutura dos custos de operação dos órgãos federais que o ocupam. E a contenção do uso indiscriminado de energia elétrica tornou possível o controle eficaz dos custos respectivos. Finalmente, o chamado Projeto Acesso, que recentemente começou a ser posto em prática, permitirá melhores condições de segurança a usuários, ocupantes e ao próprio patrimônio, em decorrência da nova disciplina que passou a reger o trânsito de servidores e visitantes em geral, no Palácio da Fazenda.

A Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro tem plena consciência da responsabilidade de assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento de todos esses esforços, que visam, em sua essência, à melhoria e à conservação do edifício nos anos que hão de vir.

Por tudo isto, expresso a minha felicidade por estar à frente desta Unidade neste momento histórico, e por considerar que os novos tempos propiciarão, igualmente, iniciativas de estreita cooperação entre setores oficiais e entidades privadas, em virtude da expectativa de tombamento do Palácio da Fazenda a nível federal, cujo projeto, por sinal, há pouco submeti à consideração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

José Alves da Costa
Gerente Regional de Administração

Ao assumirmos, em 1991, a então Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, era nossa atribuição cuidar da atividade-meio de vários órgãos vinculados à Fazenda em todos os prédios por eles ocupados no Estado, à exceção da CVM, da SUSEP e da CASA DA MOEDA.

No caso particular do Palácio da Fazenda, com de 102.000m² de área total, constatamos, de imediato, algumas deficiências que careciam de urgente tratamento.

De início, deparamo-nos com o seu relativo abandono ao longo das décadas, desde a sua construção, o que impunha a realização de esforços substanciais de recuperação, como meio de estancar a sua progressiva deterioração. Além disso, verificamos que os órgãos aqui instalados haviam se expandido ao longo do tempo sem que a sua organização houvesse ocorrido de maneira racional. Como resultado, um mesmo órgão ocupava partes diferenciadas de pavimentos que se distanciavam entre si, o que prejudicava o exercício das suas atribuições, sem mencionar os problemas de produtividade que daí decorriam. E concluímos, ainda, pela completa falta de cooperação, no que se referia à responsabilidade de cada órgão pelas despesas comuns de manutenção do prédio.

Diante daquele quadro, imaginamos que a única maneira de resolver tais problemas por meio de um único receituário seria a organização de todos os órgãos sob um regime do tipo condominial, em que fossem os mesmos reagrupados, se não linearmente, quando impossível, mas observando-se, pelo menos, o critério da maior proximidade possível das suas dispersas instalações, e, ainda, em que cada um desses órgãos passasse a contribuir para o custeio dos gastos comuns por intermédio de cotas mensais, calculadas de acordo com as respectivas áreas ocupadas.

A partir daí, e após um longo processo de troca de impressões, chegou-se a um consenso, na forma do que se convencionou denominar Plano Diretor do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (PDES).

Aquele Plano, que por sinal foi assinado por todos os então titulares dos órgãos envolvidos, não somente tratou da organização interna dos espaços ocupados e da

cooperação financeira obrigatória, mas também estabeleceu normas rígidas para a realização de quaisquer obras, internas ou externas, cujos projetos, a partir de então, deveriam respeitar, como pré-condição, o estilo e os materiais empregados na construção do edifício.

Neste particular, fomos ajudados pela feliz coincidência da publicação, pela antiga Secretaria da Administração Federal e futuro MARE, de uma Instrução Normativa que disciplinava, em favor das nossas aspirações, o uso de prédios públicos quando partilhados por mais de um órgão do governo.

Convém que se diga que o Plano Diretor não foi um instrumento estático, voltado exclusivamente para a solução de problemas imediatos, mas profundamente dinâmico na sua concepção, posto que continha, como corolário dos debates havidos em torno das suas finalidades, todos os ingredientes para acomodar, no futuro, quaisquer perspectivas de expansão, vegetativa ou circunstancial, dos órgãos instalados no Palácio da Fazenda, além das próprias expectativas de generalização, a curto e longo prazos, do uso da informática pelo Governo Federal. Um bom exemplo disso foi a observação, antecipada por nós, de que o crescimento da Receita Federal implicaria, no futuro, no aparecimento de espaços ociosos que permitiriam a sua expansão vegetativa natural sem a necessidade da incorporação de novas áreas. Isto porque a modernização dos processos de Declaração de Renda e dos mecanismos de controle e fiscalização, através da informatização, viria a reduzir, como efetivamente ocorreu, os espaços antes destinados ao arquivamento de maciça documentação, sem mencionar o conseqüente alívio das pressões que esse farto material exercia sobre as lajes dos pisos em que se encontravam, com os riscos de dano estrutural que certamente haveriam de se intensificar.

Nisso também fomos ajudados pela saída do prédio de alguns órgãos aqui instalados então, tais como a área de informações sigilosas outrora sob os cuidados do SNI, a SUNAB e a representação local do Supremo Tribunal Federal, o que veio a permitir a ocupação racional dos espaços vazios por eles deixados, principalmente por novos órgãos da Receita Federal e pelo Tribunal de Contas da União, co-titular do prédio, que conseguiu beneficiar-se de uma confortável expansão linear, no 12.° pavimento, tudo isto proporcionando melhores condições de conforto aos servidores em seus locais de trabalho.

Naquela época, a Biblioteca Central foi remodelada, modernizada, informatizada e amplamente integrada às principais fontes de informação especializada do país, o que passou a proporcionar aos seus usuários a utilização dentro dos mais seguros, rápidos e

eficientes padrões de atendimento.

Também foi remodelado o Protocolo Central, que passou a contar com modernos dispositivos de segurança para o recebimento e a expedição de processos valiosos, notadamente aqueles do interesse da Receita, das Procuradorias e do Conselho de Contribuintes, ocorrendo o mesmo com o nosso Arquivo Geral.

Tratou-se, ainda, de readaptar a nossa área de Administração de Recursos Humanos, preparando-a para a eventual incorporação de novos contingentes de servidores e pensionistas de outras instituições, no futuro, assim como de reaparelhar o nosso Serviço Médico, não somente para proporcionar o melhor atendimento possível aos servidores da Fazenda e seus dependentes, mas também para facilitar a realização dos pesados encargos inerentes à realização de perícia médica para 23(vinte e três) órgãos da Administração Pública situados no Estado do Rio de Janeiro, apesar da existência de uma representação, na cidade, do Ministério da Saúde.

Para isto tudo o Ministério contou com a complementação dos seus quadros, exauridos pela aposentadoria em massa de servidores no início da década de 90, por meio da adição de funcionários selecionados, oriundos de diversos órgãos federais extintos, tais como o IBC, o IAA, a LBA, a FCBIA, e mais tarde a SUNAB.

A década de 90 foi palco, portanto, de uma radical transformação do Palácio da Fazenda, com a sua conseqüente revitalização e adaptação a uma nova era administrativa no país, com reflexos diretos no Ministério da Fazenda.

E o tombamento do prédio a nível municipal, aprovado ainda no final do primeiro mandato do Prefeito César Maia, mas que por razões éticas por ele invocadas, somente foi assinado pelo seu sucessor, o então Prefeito Luiz Paulo Conde, poderá servir como valioso instrumento para a recuperação do imóvel, por meio da captação de recursos privados para tal finalidade, ao amparo das leis que regem este tipo de investimento.

Joaquim Vianna
Ex-Gerente Regional de Administração

Estou dentro desta casa há mais de 50 anos. Entrei para trabalhar aqui em 1945, com 24 anos, sendo meu decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas e referendado pelo ministro Arthur de Souza Costa. Pude acompanhar de perto, dentro deste prédio que é uma verdadeira cidade, alguns episódios marcantes da vida nacional, sempre admirado com a qualidade da construção do prédio e da administração das repartições que aqui funcionavam.

Considero que, dos prédios construídos pelo presidente Getúlio Vargas no seu primeiro período de governo, o que mais atenção recebeu foi justamente o Edifício Sede do Ministério da Fazenda. Tão moderno em sua concepção que até hoje temos espaços generosos para acomodar as diversas repartições públicas que aqui funcionam. Mesmo o prédio do Ministério da Educação, apesar de ser um projeto inspirado no arquiteto francês Le Corbusier, não se iguala ao da Fazenda, apesar dos inúmeros prêmios que recebeu.

Não é fácil administrar este prédio, mantendo o nível de qualidade que foi inicialmente planejado. De saída, o administrador do Edifício Sede tinha uma preocupação: aqui funcionava o Gabinete do Ministro, que recebia todo o apoio necessário, bem como toda a sua equipe. E essa preocupação se aliava ao atendimento das solicitações gerais do prédio. Um prédio que, repito, possui uma qualidade funcional que não vejo nem mesmo nos que foram construídos em Brasília.

Sinto como uma distinção, um privilégio, ter trabalhado neste Ministério, e mais, ajudado, ter podido ajudar a preservar essa memória. Acredito que deveríamos transformar o Palácio da Fazenda num centro cultural. Temos o que mostrar, temos história. Como disse anteriormente, aqui se desenrolaram alguns marcantes episódios da história nacional e, muito em particular, da economia brasileira, das finanças públicas.

Fui chefe de Gabinete, efetivo, de dois ministros: Walter Moreira Salles e Octávio Gouvêa de Bulhões. Como administrador, tive minha tarefa de atender às condições de trabalho das demais repartições facilitada pela equipe que consegui constituir, formada por pessoas com elevado espírito público e extremamente dedicadas. Exercíamos uma atividade-meio, de suporte. Fui, também, delegado de administração duas vezes, nos períodos de 1979 a 1985 e de 1988 a 1990.

O carinho que possuo pelo prédio sempre me fez ter em mente a necessidade de não permitir que alguma coisa fosse destruída, sofresse com deterioração. Quando assumi, dizia-se que na frente do prédio existiam dois leões - uma justificativa, talvez, para a expressão leão da Receita Federal. Fomos buscar o relatório e fotos da época e pudemos verificar que, de fato, nunca existiram os tais leões. Dentre as belezas artísticas do prédio podemos destacar as grades de ferro com motivos bronzeados e dourados, que ficavam sobre os balcões, no andar térreo, onde o público era atendido.

Quando assumi, tomei conhecimento de que, durante a gestão do ministro Delfim Netto, o administrador de então achou que as grades ou não se compatibilizavam com a modernidade ou deixavam o contribuinte afastado do funcionário a quem recorria - e mandou retirá-las. Eram valiosíssimas; e algumas foram encontradas, mais tarde, no depósito em Mangueira. Pior do que retirar as grades foram os motivos alegados: modernidade e separação contribuinte/funcionário. As grades que hoje estão no hall de entrada foram restabelecidas por nós. Felizmente não foram longe as medidas de desmanche da antigüidade.

Esses guichês do térreo, por sinal, me fazem lembrar de uma coisa interessante.

O pagamento era feito em espécie. Isso aconteceu até o dia em que ocorreu um tumulto no hall onde ficava a primeira pagadoria. Apesar do inconveniente que se formava no dia do pagamento, era uma oportunidade para as pessoas se encontrarem. Os da ativa, que passavam o mês inteiro dentro de suas repartições, se viam na fila. O mesmo acontecia com os aposentados, que precisavam vir ao Ministério para receber. Apesar da nostalgia, não há como negar que foi um grande passo proceder-se ao pagamento através da rede bancária.

Para que se pudesse atender a todas estas atividades, tínhamos cinco cofres ou caixas-fortes. No terceiro andar havia uma. O térreo abrigava a maioria delas - e era onde os tesoureiros depositavam o dinheiro do pagamento. No subsolo havia outra, mas apenas para a guarda de outros tipos de valores.

Domingos Grello
Ex-Gerente Regional de Administração

Fachada principal - Av. Presidente Antonio Carlos

Detalhe da fachada principal

Detalhe do portão lateral - Rua Araújo Porto Alegre

Hall principal

Detalhe do hall principal

Uma das alas do pavimento térreo .

Uma das escadas do hall principal

Detalhe da entrada de um dos corredores

Escada de ligação dos pavimentos

Detalhe de uma luminária da fachada principal

Pequeno histórico da construção

Do velho casarão da Avenida Passos, escuro, anti-higiênico, acanhado e quase em ruínas, as repartições da Fazenda foram transferidas, algumas para o Edifício da Caixa de Amortização, sem condições apropriadas, e outras, em número muito maior, disseminadas por prédios alugados em vários pontos do Centro da Cidade, obrigando a desperdício de tempo a quantos necessitavam tratar de seus interesses.

Além disso, a verba destinada a aluguéis aumentava vertiginosamente.

Por este motivo, ao Ministro Arthur de Souza Costa, profundo conhecedor dos negócios públicos, não poderia passar despercebida a inadiável necessidade da centralização, em um só edifício, de todos os serviços do seu Ministério, a fim de conseguir-se a desejada unidade de direção e fiscalização.

Em 29 de junho de 1934, pelo Decreto nº 24.504, foi autorizada a construção de um edifício para servir a todas as repartições do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas.

ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO

DECRETO N. 24.504 — DE 29 DE JUNHO DE 1934

Autoriza a construção de um edifício para servir de sede a todas as repartições de Fazenda e Tribunal de Contas. Na Capital Federal e do destinado à Alfândega do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando atribuições que lhe confere o Art. 1º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, e considerando que os edifícios do Tesouro Nacional e da Alfândega do Rio de Janeiro não correspondem às necessidades do serviço;

Considerando que das péssimas instalações das repartições de Fazenda, nesta Capital, resultam inconvenientes graves para os trabalhos que lhes são atribuídos, além de não proporcionar ao público contribuinte o mínimo de conforto a que ele tem direito;

Considerando que, reunidos em um só edifício, com exceção da Alfândega do Rio e da Casa da Moeda, todas as repartições de Fazenda desta Capital e do Tribunal de Contas, serão de muito facilitadas as comunicações entre essas repartições de serviços

interdependentes;

Considerando, entretanto, que a atual situação financeira não aconselharia que as despesas com as novas construções inadiáveis corressem à conta de novas verbas orçamentárias; mas

Considerando que, assim reunidas essas repartições, tornam-se sem aplicação os edifícios onde se acham as mesmas funcionando presentemente, decreta:

Art. 1º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a contratar, mediante concorrência pública, a construção de um edifício no local onde atualmente funciona o Tesouro Nacional, para ali serem instaladas todas as repartições de Fazenda desta Capital e o Tribunal de Contas, excluídas somente a Alfândega do Rio e a Casa da Moeda.

Art. 2º Fica igualmente autorizado o Ministério da Fazenda a contratar, na forma indicada no art. 1º a construção de um edifício destinado à sede da Alfândega do Rio de Janeiro, no terreno já escolhido, situado no Cáis do Porto desta Capital.

Art. 3º Para o início das obras de que tratam os arts. 1º e 2º será utilizado, desde já, o produto da venda do terreno de propriedade da União sito na avenida Rio Branco, nesta Capital, onde outrora funcionava o jornal O País.

Art. 4º Para o complemento dos recursos necessários à ultimação das obras a que se referem os arts. 1º e 2º será também utilizado o produto de venda que o Ministério da Fazenda fica autorizado a fazer, dos prédios onde estão funcionando atualmente as repartições de Fazenda desta Capital.

Art. 5º À medida que forem sendo vendidos os prédio referidos no art. 4º, serão os produtos da venda depositados para terem a aplicação especial determinada neste decreto.

Art. 6º Todas as despesas que se fizerem necessárias para a instalação e funcionamento das repartições de Fazenda no novo edifício e da Alfândega do Rio de Janeiro em sua nova sede, inclusive as referentes à aquisição de mobiliário, serão efetuadas com o produto da venda dos imóveis de que trata o art. 4º.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

Getúlio Vargas.

Oswaldo Aranha

Inicialmente, ficou deliberado que após a demolição do antigo prédio, com sede na Avenida Passos e Travessa das Belas Artes, seria ali erguido o novo edifício, dotado de instalações modernas e higiênicas.

Para esse fim, como é de praxe, abriu-se um concurso de anteprojetos, ao que se apresentaram profissionais desta cidade e de São Paulo. O primeiro prêmio coube aos arquitetos Enéas Silva e Wladimir Alves de Souza, cujo projeto foi desenvolvido em linhas modernas, de feição racional, predominando na fachada principal o brise soleil.

Depois, foi decidido que seria construído na Esplanada do Castelo em terreno permutado com a Prefeitura do antigo Distrito Federal. O projeto premiado era de nove pavimentos e subsolo; no entanto, para o novo local, foi necessário novo projeto de acordo com a configuração do terreno, cujo edifício pudesse abrigar as repartições, com exceção da Alfândega.

Por iniciativa do Ministro, então, foi criado o Escritório Técnico, para elaboração do projeto, direção e fiscalização das obras, constituído de um núcleo reduzido de auxiliares e um grupo mais numeroso de técnicos, arquitetos e desenhistas. Convém frisar que as obras foram orçadas antes da guerra e iniciadas em 1939, do que resultou terem sido executadas integralmente num período de profundas perturbações econômicas.

Segundo relatório do engenheiro Ary Fontoura de Azambuja, Chefe da Comissão de Construção, "será forçoso reconhecer que o edifício do Ministério da Fazenda quer se o encare sob o ponto de vista estético, quer sob a influência que exercerá na saúde dos funcionários e aumento da sua capacidade de trabalho, quer sob a consolidação que oferece ao público, representado na sua totalidade pelas classes produtivas, quer como mais um monumento arquitetônico a embelezar a Capital da República, e ainda, principalmente, sob o ponto de vista econômico, representa um grande serviço prestado ao país e constitue um dos mais felizes empreendimentos do atual governo".

Fizeram parte da Comissão de Construção, ou Escritório Técnico, os seguintes funcionários:
Engenheiro Chefe da Comissão - Ary Fontoura de Azambuja
Engenheiros civis - Liberato Soares Pinto, Petrônio Barcelos e Homero Duarte
Engenheiros arquitetos - Luiz Eduardo Frias Pereira de Moura, Edgard de Oliveira Fonseca, Luiz Manoel Vilela, Otto Eduardo Raulino, Luiz Paulo de Oliveira Flores e

Rubens Moreira Torres

Especificações:
Área do terreno - 9.360m²;
Área total a ser construída - 102.000m²;
Despesa total da construção e instalação - Cr$ 73.023.411 (antigos);
Firma construtora - Cavalcanti Junqueira S.A.;
Início da obra - 1º de agosto de 1939;
Conclusão da obra - 10 de novembro de 1943.

Obras de arte:
Painéis em mosaico - Paulo Werneck
Placas de bronze, baixos relevos, vasos de granito e bronze - Humberto Cozzo
Vasos de cerâmica e busto do presidente Getúlio Vargas - Leão Velloso
Piras de bronze - Curzio Zani

Vaso de cerâmica executado por H.L.Velloso para o jardim do 14.º andar (em restauração)

Pira de bronze para iluminação, colocadas em número de duas na fachada principal. Foram executadas por Curzio Zani.

Esculturas fundidas em cerâmica vidrada, executadas sob tema indígena por H.L.Velloso. Encontram-se no jardim do 14.º andar

Detalhe de um dos baixos relevos simbolizando a navegação, o trabalho, o comércio e a indústria. Encontra-se no hall principal e foi executado pelo escultor H.Cozzo.

Lançamento da pedra fundamental

Em comemoração ao 8º aniversário da Revolução de 1930, realizou-se na Esplanada do Castelo, a 3 de outubro de 1938, o lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Ministério da Fazenda.

A esse ato, que foi presidido pelo Presidente Getúlio Vargas, compareceram os Ministros Oswaldo Aranha, Eurico Gaspar Dutra, Arthur de Souza Costa, Waldemar Falcão, Mendonça Lima e Gustavo Capanema; o Prefeito Henrique Dodsworth; Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Romero Estellita, Diretor-Geral do Tesouro; demais diretores e chefes de serviços do Ministério da Fazenda; bem como representantes de outros Ministérios. Leu a ata o Sr. Romero Estellita, a qual foi assinada por todos os presentes.

O Ministro Arthur de Souza Costa pronunciou um discurso, saudando o Presidente Getúlio Vargas. Após, então, foi encerrada e lacrada na urna a ata, assim como jornais do dia, moedas etc.

(O Globo, Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1938 - página 2)

Detalhes da construção do prédio

Curiosidades sobre o prédio

O aspecto arquitetônico do edifício do Ministério da Fazenda é o que se denomina "espírito néo-clássico", estilo este escolhido pelo próprio Ministro Arthur de Souza Costa, durante a fase de elaboração do projeto de construção. Assim, vamos relacionar uma série de curiosidades sobre o prédio, abordando alguns aspectos sobre o material empregado, decoração e despesas relacionadas com as instalações e inauguração.

- A área total do edifício é de cerca de 102.000m²;

- O pórtico principal, todo em mármore brasileiro, é em estilo dórico primitivo - as colunas têm 9,50m de altura;

- Os vasos de granito colocados em ambos os lados da entrada pesam, cada um, cerca de 10.000 quilos;

- No 14º andar existiu uma Sala de Refeições, com capacidade para 360 pessoas. A cozinha poderia preparar até mil refeições horárias;

- A Biblioteca, no 12º andar, tem capacidade para cerca de 150.000 livros;

- O Salão Nobre, no 10º andar, destinado aos atos solenes na vida do Ministério da Fazenda, é em estilo Luiz XVI - os lustres de cristal foram oferecidos pelo Banco do Brasil e são da autoria de Oreste Fabri;

- No térreo existiam 186 guichês que serviam às antigas tesourarias e pagadorias; os balcões de mármore medem mais de 1.300m de extenão;

- Os desenhos artísticos dos portões e das grades decorativas foram feitos por Oreste Fabri;

- O calçamento em volta do prédio é de pedra portuguesa - gastaram-se 2.768,70m² e a quantia de Cr$ 122.611,30 (antigos);

- Existiam em cada andar bebedouros com água gelada, num total de 119;

- O relógio do hall principal, com algarismos romanos, foi feito pela firma T. C. Teixeira Gomes & Cia. e custou Cr$ 1.166,40 (antigos);

- O serviço de inauguração, servido pela Cia. Hotéis Palace, custou Cr$ 50.000,00 (antigos) - na ocasião foram servidas 100 garrafas de champanhe nacional pelo preço de Cr$ 6.000,00 (antigos);

- Os convites para a inauguração foram confeccionados por Paul Nathan, em número de 1950 e custaram Cr$ 3.775,00 (antigos);

- A mudança do Ministério custou Cr$ 300.000,00 (antigos);

- Existiam nas mesas dos Chefes de Seção cinzeiros de mesa em bronze fundido, executados pela firma Abramo, Eberle & Cia. - eram dois mil e gastou-se Cr$ 30,00 antigos por unidade;

- As métopas, baixos relevos que estão no pórtico do edifício, foram confeccionadas em mármore, em estilo grego, sob o tema "Principais fontes de renda do País", pelo escultor Humberto Cozzo. São 32, sendo 16 do lado esquerdo, representando as produções naturais, e 16 do lado direito, representando forças espirituais, industriais e comerciais. Preço total: Cr$ 264.000,00 (antigos);

- Existiam 1.284 algarismos em metal cromado distribuídos pelas salas do 2° ao 14° andar, confeccionados pela firma N. Guerrieri & Cia, ao preço total de Cr$ 5.958,50 (antigos);

- Existiam 57 letras formando três letreiros MINISTÉRIO DA FAZENDA, confeccionados pela firma Emoingt & Cia. Ltda., pelo preço total de Cr$ 9.690,00 (antigos);

- Existiam no jardim do 14° andar 24 vasos de cêramica, executados pelo artista H. L. Velloso, no valor total de Cr$ 31.200,00 (antigos);

- Os 16 elevadores, que antes eram automáticos, hoje são eletrônicos; apenas o elevador que serve ao arquivo e o monta-livros da biblioteca continuam os mesmos da época da inauguração;

- O prédio possui, desde 1976, geradores de energia para serem usados em caso de falta de luz.

As colunas do pórtico principal, são em estilo dórico primitivo e têm 9,50m de altura

Um dos vasos de granito e bronze colocados no pórtico do edifício. Confeccionados por H.Cozzo

Tocheiros de bronze verdadeiro fundido com pátina em verde pompeiano, colocados no pórtico da fachada principal. Confeccionados por Silvestre & Irmão.

Guichês que se encontram em uma das alas do pavimento térreo

Os desenhos artísticos dos portões e das grades decorativas foram feitos por Oreste Fabbri

Métopas, em baixo relevo, destinadas ao pórtico do edifício. Confeccionadas em mármore em estilo grego sob o tema "Principais fontes de renda do País", pelo escultor Humberto Cozzo

Cinzeiro em ferro batido rústico, com detalhes em bronze verdadeiro, patinado em verde florentino. Foi projetado pelo arquiteto Luís Moura

A Mudança

Constituiu grave preocupação a mudança de todas as repartições do Ministério para o novo edifício. Esparsas por toda a cidade, cada qual com carga diversa e valiosa, a sua transferência para a nova sede foi, sem dúvida, sério problema. Tudo, porém, foi previsto, de forma que a mudança foi feita sem atropelos e confusões. Começou a 14 de novembro e terminou a 2 de janeiro de 1944.

Foram transportados cerca de 53.000 volumes.

Cada funcionário recebeu, com 10 dias de antecedência, instruções minuciosas sobre o modo de proceder a mudança. (A Noite, 08 de novembro de 1943)

Instruções para a mudança do Ministério da Fazenda

I – Generalidades

Inaugurando o novo edifício deste Ministério, procede-se, agora, à mudança de todas as repartições e serviços.

É evidente que o êxito dessa mudança depende da cooperação de cada um e do método com que for realizada.

Cooperação haverá porque ela existe no espírito dos servidores do Ministério. Apenas do método, portanto, é que tratam estas instruções.

II – Daquilo que será objeto da mudança

Separando quanto à natureza, serão levados para as novas instalações:

1) Valores;
2) Processos;
3) Objetos quebráveis;
4) Material de expediente;
5) Máquinas de escrever, calcular, somar, perfurar, grampear, ventiladores etc;
6) Máquinas Hollerith;
7) Mobiliário e cofres; e
8) Diversos.

III – Do procedimento geral

- Deve ser o seguinte:

1° - Quanto aos valores: obedecer às instruções especiais, para tal fim baixadas;
2° - Quanto aos processos e demais documentos: fazer um ou mais amarrados, colocando na parte superior um rótulo amarelo;
3° - Quanto aos objetos quebráveis: fazer e entregar ao encarregado da mudança um ou mais embrulhos, usando o rótulo vermelho;
4° - Quanto ao material de expediente (tinteiros, canetas, lápis etc): embrulhar usando o rótulo verde;
5° - Quanto às máquinas de escrever etc: deixar sobre a respectiva mesa de trabalho;
6° - Quanto às máquinas Hollerith: obedecer as instruções especiais;
7° e 8° - Quanto ao mobiliário, cofres e diversos: somente serão aproveitadas no novo edifício as peças que foram previamente rotuladas.

IV – Dos rótulos e sacos de transportes

Os rótulos, pela sua cor, darão logo a informação da natureza do material contido nos pacotes em que foram apostos.

Quanto aos dizeres, devem ser preenchidos a máquina, de acordo com as informações constantes das indicações individuais.

Os embrulhos correspondentes a um grupo de servidores ou, a critério do Encarregado da Mudança da Repartição, de servidor etc, serão colocados em um saco especial. Por sua vez, este saco receberá um rótulo com o nome e indicações de um dos servidores cujos embrulhos neles estiverem contidos. Os sacos são fechados com alicate-segurança e só poderão ser abertos pelo servidor indicado no respectivo rótulo.

V – Dos Encarregados da Mudança

Para cada repartição ou serviço foram designados "encarregados" de mudança, constituindo sua atribuição em orientar todos de acordo com as instruções especiais que lhe forem fornecidas, e fazer a entrega aos carregadores, de tudo o que estiver rotulado.

VI – Das indicações individuais

O Sr... deverá:

a) A partir das ... horas do dia ..., preparar os amarrados ou pacotes de que trata o item IV;

b) Retirar-se da repartição logo que houver feito os seus pacotes, não permanecendo no recinto da mesma, sob nenhum pretexto, salvo se tiver recebido encargo

especial;

c) Apresentar-se no dia ..., às ... horas no ... andar, sala ... do novo Edifício do Ministério, ingressando pela Avenida Aparício Borges e ocupar a mesa n.º ....

VII – Dos servidores ausentes

Os pacotes dos ausentes serão feitos com os respectivos rótulos, por um dos funcionários designados para tal fim pela chefia do serviço.

VIII – Do material

O material para embalagem será distribuído pelos "encarregados" da mudança, de acordo com as suas instruções especiais.

Prédio à época da inauguração

Vista panorâmica do entorno do Ministério da Fazenda

Trechos do discurso do presidente Getúlio Vargas

"Senhores,

Ao inaugurar este sólido e imponente edifício, sede condigna do Ministério da Fazenda, obra em que a capacidade construtiva, a clara inteligência e o gosto de ordem do Ministro Souza Costa, mais uma vez se revelaram.

Cumpre o Estado dar bom exemplo de instalações higiênicas e confortáveis, onde o trabalho não seja desagradável para o exercício adequado das energias humanas...

Senhores...

Teremos de empreender no imediato após-guerra a reforma completa do nosso antiquado sistema tributário e a reorganização bancária, indispensável ao desenvolvimento das finanças nacionais.

Dispondo de condições propícias, podendo centralizar e acomodar todo o seu pessoal, o novo Ministério da Fazenda reflete a nossa situação atual e se presta a um confronto edificante com as épocas passadas. O velho edifício da Avenida Passos, insuficiente e colonial, correspondia a nossa posição de país devedor, onerado pela carga de juros e amortizações, resgatando empréstimos com empréstimos e fazendo "fundings" ruinosos para a nossa economia nacional, em proveito exclusivo dos banqueiros internacionais, até a revolução de 1930 modificar o panorama geral das nossas finanças, revendo tais compromissos, que terão de ser adaptados às circunstâncias novas ou suspensos, enquanto não se verificar o necessário reajuntamento.

O alojamento provisório da Avenida Rio Branco marcou época de transição, da mesma forma que este monumental edifício mostra a prosperidade alcançada, que se há de tornar maior com o nosso trabalho fecundo e garantirá ao Brasil a posição independente e digna que conquistou no concerto das nações civilizadas".

(extraído da Folha de Minas - Belo Horizonte, MG)

O MARAVILHOSO PALÁCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Solenidade de inauguração (publicada em jornal local)

Discurso do ministro Arthur de Souza Costa

"Senhor Presidente

O Palácio da Fazenda, que Vossa Excelência neste momento inaugura, constitui mais um dos grandes cometimentos do esclarecido espírito, sob cujas inspirações tudo se vem renovando no Brasil, tudo se vem construindo, desde as instalações compatíveis com a dignidade do Serviço Público até os fundamentos e as arquitraves da vida econômica e social da Nação.

O historiador oportuno da extraordinária fase que o Brasil está vivendo a partir de 1930, ano em cujo limiar se descortinaram as perspectivas de um futuro ainda maior do que o presente, que ora usufruímos, o historiador melhor projetará na compreensão coletiva, o sentido dinâmico e as virtudes inatas do equilíbrio que marcam a ação de Vossa Excelência, visando legar aos pósteros uma Pátria que alie à sua grandeza material um patrimônio de realizações equivalentes.

Conhecem todos os que vivem nesta Casa quão insistentes e numerosos foram os obstáculos que a Administração Federal houve de vencer, para iniciar a majestosa construção que hoje se inaugura.

Preparávamos uma injustificável contradição. De um lado, avultava a necessidade premente de instalar e agrupar tantos serviços públicos de maneira condigna, a fim de que os mesmos pudessem atingir, plenamente, os objetivos determinantes de sua criação; de outro lado, dominava a insistência com que se entravam todas as resoluções, ao invés de acelerar o ritmo do progresso do Brasil.

Logo no primeiro ano do regime instituído em 10 de novembro de 1937, Vossa Excelência lançou a pedra fundamental deste monumento, que constitui, como já tive a oportunidade de acentuar, a primeira sede construída com o especial destino de servir para a instalação desta Secretaria de Estado.

Nela dispendemos recursos na importância de Cr$ 54.390.000,00, tendo-se realizado todas as obras de acordo com as previsões orçamentárias, o que corresponde a um preço unitário de Cr$ 533,00 o metro quadrado de construção.

Com a instalação dos serviços, mobiliário e mudança, dispendemos Cr$ 17.420.000,00, ficando, assim, a despesa em Cr$ 71.810.000,00, o que corresponde a Cr$ 704,00 por metro quadrado do edifício construído, instalado e com todas as suas repartições em pleno funcionamento.

Prevaleceram na administração desta obra e no seu planejamento, todos os princípios por cuja adoção esta Secretaria de Estado não se cansa de insistir, para o bom resultado dos empreendimentos do Governo.

Foi ela precedida de um estudo pormenorizado e circunstanciado, nos seus vários aspectos. Tudo foi previsto e calculado, de modo que nada se teve de refazer nem alterar e, conseqüentemente, nenhuma parcela dos créditos foi aplicada inutilmente.

Observou-se rigor e presteza na realização de todas as concorrências, o que determinou um espírito generalizado de confiança nas firmas concorrentes, tendo podido, assim, o Tesouro aproveitar as vantagens decorrentes da dispensa de margens elevadas para eventuais.

Nos acabamentos da obra foi sempre observado o critério de dispensar o que era suntuário, em benefício do que era útil e cômodo aos objetivos em vista.

Longo seria este discurso se eu viesse a enumerar a Vossa Excelência, neste instante, todas as circunstâncias que influíram em tão favoráveis resultados e se resumem na construção do mais belo monumento arquitetônico da linda capital do Brasil, por um preço de edificação que não teme confronto com qualquer outro, quer na construção pública, quer na construção privada e isso não obstante todas as dificuldades decorrentes do estado de guerra.

Para isso contribuiu o alto espírito do ilustre prefeito, Doutor Henrique Dodsworth, concordando com a permuta do terreno onde se encontra o velho prédio do Ministério da Fazenda, à Avenida Passos, por este onde se fez a construção, independente de qualquer contribuição, o que assinalo com especial satisfação.

Meus Senhores

Se quisermos eleger o fator que mais poderosamente está determinando o apogeu da fase atual do Brasil, teremos de situá-lo na clarividência do espírito construtivo de Getúlio Vargas. Esse espírito se define, por sua vez, preponderadamente, no interesse com que procura fazer do homem uma força capaz de ajustar-se à grandeza natural da nacionalidade.

É indiscutível que, na órbita internacional, como na esfera da vida de cada povo, ocupa o fator humano, na hierarquia dos valores, a suprema posição. O homem representa a base da civilização, tanto sob o aspecto econômico, como social e moral. O homem faz parte da paisagem em que vive, não meramente como espectador, mas como elemento predominante no conjunto da vida.

Já foi dito que a decadência física e social, de que nos oferece testemunho a história dos povos, demonstra, cabalmente, a incapacidade que feriu o homem, impossibilitando-o para aceitar a responsabilidade que lhe cabe no quadro natural da existência. Somos agentes de primeira ordem no campo da evolução, embora caiba a última palavra à natureza. A natureza faz a opulência das nações, mas é o homem que forma a sua grandeza social, política e econômica.

Seja-me permitido relembrar, aqui, um conceito de Cordell Hull quando, recebendo os delegados da ciência do novo mundo ao VII Congresso Científico Americano, lhes dizia que constitui o dever de cada um a lealdade à Pátria e o desvelo pelas necessidades do seu país, sem prejuízo de uma outra lealdade comum: lealdade à raça humana e ao destino do homem. Onde quer que surja um problema ou avulte uma necessidade, impõe-se o valor do homem para solver o primeiro ou remediar a segunda.

Tudo tem sido a resultante dessa energia, quer trate do progresso célebre das nações ou de sua decadência não menos vertiginosa.

Por toda parte domina a sua iniciativa e por toda a parte se faz sentir a sua responsabilidade no destino mundial, decidindo, assim, da sorte ou do infortúnio das nações.

Isso assume o sentido de uma verdade, de tal modo dominante, ao ponto de já ter chegado a afirmar que o homem constitui a verdadeira medida das coisas.

No torvelinho da fase que passa, como se no seu recôndido forças misteriosas e energias insondáveis estivessem lançando as bases de uma era nova, podemos ter o orgulho de dizer que a nação brasileira está reunindo todas as sua energias para tornar ainda maior o seu destino, quando, subjugadas as forças do mal, que tentam, vandalicamente, destruir a civilização, houver de soar o instante supremo da vitória, que constituirá o exórdio da obra de reconstrução dos povos, fundamentada no direito, na liberdade e na justiça.

Foi o gênio construtivo de Getúlio Vargas que preparou a Nação para cumprir as grandes responsabilidades que, no conjunto da vida internacional, lhe serão atribuídas na hora da redenção dos povos livres.

A magnitude deste Palácio, em que se vão instalar as repartições do Ministério da Fazenda, situadas na metrópole da República, é um testemunho objetivo da importância do fator humano na hierarquia dos valores.

Foi preponderantemente decisivo o seu influxo na planificação e na construção deste edifício. Sem o entusiasmo, sem a tenacidade, sem a aptidão de um conjunto de valores técnicos que atuam no Ministério, teria sido tarefa de execução não só árdua, mas quase impossível de empreender numa construção de semelhantes proporções e a que não faltaram sérios esforços a vencer.

Quanto maiores, no entanto, estes se apresentaram à execução, tanto mais resolutas e esclarecidas se afirmaram as aptidões integradas na realização do que se planificara de modo refletido, com o intuito de servir ao interesse coletivo.

Dispondo de valores novos e bem orientados, o administrador da coisa pública se sente fortalecido por uma vanguarda de ação irresistível. Foi o que aconteceu no decurso de todas as fases porque passou a construção do Palácio da Fazenda.

A elaboração dos planos e a direção de todos os trabalhos foram confiados a uma Comissão composta de engenheiros moços e cheios de valor, cujos nomes se acham gravados na placa comemorativa deste acontecimento, cumprindo-me destacar dentre eles os dos doutores Ary Azambuja, com 40 anos, engenheiro civil pela Escola Politécnica; Luiz Eduardo Frias Pereira de Moura, com 34 anos, engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes; e Liberato Soares Pinto, com 41 anos, engenheiro civil pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Ary Azambuja dirigiu, com largo espírito de compreensão e

grande capacidade os trabalhos da comissão; Luiz Moura teve a seu cargo a orientação e execução dos projetos arquitetônicos e respectivos detalhes artísticos e construtivos; e Liberato Soares Pinto elaborou todas as especificações e orçamentos.

Os trabalhos de instalação e mudança foram confiados a outra comissão, sendo dignos de destaque pela competência com que se desincumbiram de suas funções os senhores engenheiros Felinto Epitácio Maia, do D.A.S.P. , e o capitão Zeno Marques de Souza Zielinsky, do meu gabinete.

Nada é mais agradável ao Ministro de Estado, nesta ocasião, do que ressaltar o testemunho da confiança do Governo, depositada nas gerações que se vão munindo dos instrumentos da cultura, fortalecidas por princípios sadios, para que se possam bem desempenhar os encargos que as circunstâncias lhe vão atribuindo.

Em 20 de dezembro de 1941, falando aos novos bacharelados da Faculdade de Direito, o presidente Getúlio Vargas, animado pela preocupação da formação desses valores, dizia que todas as reformas empreendidas pelo Governo, após 1930, foram orientadas por um pensamento único, por uma idéia mestra: o reforço da unidade nacional, visando conclamar os moços a que marchem, corajosamente, para a vida, aprendendo, praticando e exercendo as virtudes supremas da ação. Eis aí fixada a norma desde então invariavelmente seguida, com o objetivo da formação e do estímulo dos valores, sem os quais se torna tudo difícil empreender, na falta dos quais só muito arduamente o administrador consegue remover os entraves que se acumulam no caminho que conduz a qualquer realização duradoura.

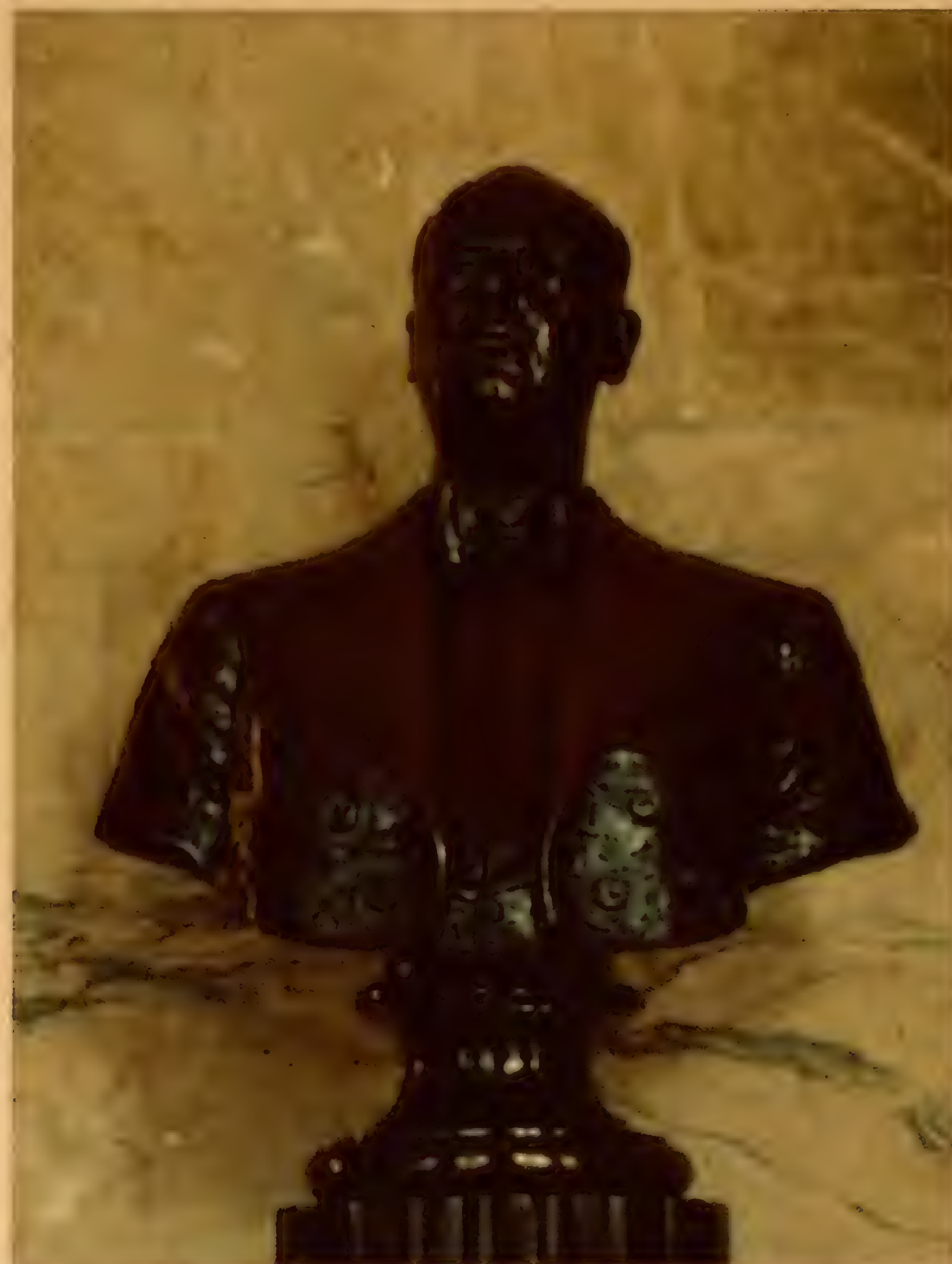
Tenho a certeza de que aqueles conceitos se aplicam, de plena justiça, à construção do Palácio da Fazenda. Todas as dificuldades foram vencidas, porque tudo foi cuidadosamente previsto para atender às necessidades presentes e às exigências futuras da vida do país.

É ponto pacífico, em matéria de organização, o de que a eficiência do Serviço Público exige, a um só tempo, elementos humanos aptos a executá-lo e boas condições materiais de instalação, de modo a criar um ambiente que propicie o estímulo das atividades.

O Governo vem pondo em prática semelhante princípio nas repartições do Estado, estendendo sua aplicação a todos os setores em que atua o trabalho nacional.

Por isso, é justo dizer que a ação do presidente Getúlio Vargas tudo reconstrói e renova, para que o Brasil vença, em decênios, etapas que não foram vencidas durante lapsos de tempo consideravelmente mais amplos.

Tenhamos fé em que a Nação, conduzida por um guia dessa envergadura, protegida pelo seu patriotismo, assistida nos seus interesses pelo seu espírito arguto, equilibrado e esclarecido, atingirá a plenitude dos seus destinos gloriosos.

Sobram-nos razões para tal otimismo, porque ele se apoia na realidade pujante do momento nacional que atravessamos, quando o nome do Brasil representa um padrão de trabalho persistente, de esforço bem organizado no conjunto do continente americano, projetando-se no cenário internacional com o sentido de uma força idealista que, decididamente, participa dos sacrifícios da hora atual, a fim de o mundo ressurja das cinzas da luta mais tremenda em que se viu mergulhado. Com ânimo cada vez maior continuaremos nosso trabalho no portentoso edifício em que o Governo, desde hoje, instala o Ministério responsável pela gestão das finanças nacionais".

À esquerda, busto do Presidente Getúlio Vargas, executado por H.L. Velloso. À direita, busto do Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, executado por L.Ramos. Ambos situados no hall principal

Programa de inauguração e visitação pública

10 de novembro (quarta-feira)
15h30 - Entrada dos convidados especiais, portadores de convites nominais, no pórtico principal (Av. Aparício Borges, hoje Av. Antônio Carlos), onde aguardaram o Presidente da República
16h00 - Chegada do Presidente da República, recebido por todos os Ministros de Estado, Corpo Diplomático e autoridades civis e militares. Logo após sua chegada, o Presidente da Repúbica se dirigiu a local previamente designado, onde o Ministro Arthur de Souza Costa proferiu discurso. Em seguida, o Presidente descerrou a placa inaugural e, ao mesmo tempo, todo o edifício foi iluminado, sendo hasteada a bandeira na fachada principal, ao som do Hino Nacional
16h30 - Homenagem do Ministro da Fazenda ao Presidente Getúlio Vargas, sendo, então descoberto o busto em bronze de S. Exª.. A seguir, os presentes percorreram todo o edifício

11 de novembro (quinta-feira)
15h00 - O edifício do Ministério da Fazenda foi franqueado aos servidores do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas e do Departamento Administrativo do Serviço Público, bem como às famílias

12 de novembro (sexta-feira)
Foram convidados a visitar o Ministério da Fazenda:
13h00- construtores, engenheiros e arquitetos do antigo Distrito Federal
14h30- componentes das profissões liberais e famílias
16h00- comerciantes, comerciários e famílias
17h30- banqueiros, industriais, bancários, industriários e famílias
19h00- público em geral.
Neste dia as visitas cessaram às 21h

13 de novembro (sábado)
Foram convidados a percorrer as dependências do Ministério da Fazenda:

13h00 - os corpos discente e docente dos estabelecimentos de ensino superior, secundário e primário do antigo Distrito Federal
14h30 - militares e famílias, bem como combatentes das Nações Unidas que porventura se encontravam na capital
16h00 - funcionalismo federal, municipal e de entidades paraestatais ou autárquicas e famílias
17h30 - componentes das associações de classe
19h00 - público em geral.
Neste dia as visitas terminaram às 22h

14 de novembro (domingo)
09h00 - foram convidados a visitar o Ministério todos os empreiteiros de obras e serviços para construção e instalação do Edifício, bem como os operários e famílias.

Regimento Interno do novo edifício (1945)

Dentre os diversos itens, destacavam-se:

- De acordo com normas estabelecidas para o funcionamento do novo edifício do Ministério da Fazenda, em todos os recintos comuns (halls, elevadores, galerias, escadas etc), não será permitido aos funcionários andar sem paletó e gravata e, aos subalternos, com o fardamento desabotoado ou sem a placa com o respectivo número, que deverá ser usado do lado esquerdo. Os operários da administração não podem andar sem o macacão adotado.

- Para perfeita atualização, qualquer servidor que trabalhar no Ministério, ao mudar de sala e até de mesa, deverá dar ciência à Administração, dentro de 24 horas.

- Não se deve lançar papéis usados, ou pontas de cigarros no hall, salas, sanitários, galerias, escadas e elevadores.

- A limpeza e conservação serão sempre feitas fora das horas do expediente das repartições. Quando o expediente se estender além do horário habitual de trabalho, o chefe da repartição ou serviço deverá dar ciência à Administração.

- Nas relações com o público dar informações precisas, ser diligente e cortês, não se esquecer de que o Estado paga aos servidores para servirem o público.

Depoimento do arquiteto Wladimir Alves de Souza

(Nascido em Belém do Pará, a 25 de janeiro de 1908, diplomou-se engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1930, com medalha de ouro. Em 1936 conquistou o primeiro prêmio no Concurso de Anteprojeto para o Ministério da Fazenda, em colaboração com o arquiteto Enéas Silva - projeto não realizado. Membro honorário da Academie d'Architecture de France e do American Institute of Architectos, proferiu cursos e conferências sobre arquitetura moderna brasileira no exterior, tendo sido, ainda, diretor adjunto do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro)

"No meu ponto de vista, o cliente é fundamental. É ele quem escolhe o arquiteto, quem proporciona os meios para a realização da obra. Se é um grande homem, é capaz de pensar com grandeza - e sabe como escolher os seus arquitetos, resultando da cooperação de duas grandes personalidades uma grande obra. A história da Arquitetura nos mostra a importância do papel capital desempenhado pelo cliente, na qualidade e importância da obra.

Não fosse a influência do abade Suger e não haveria Saint-Denis, onde se afirma o nascimento do gótico. Não tivesse tido a Igreja Católica uma sucessão de grandes Papas, não teríamos a realização de São Pedro de Roma. Sem Julio II a Capela Sistina não teria nascido. Sem Luiz XIV, Versailles não existiria.

No Brasil a História repete o mesmo princípio: sem o ouro de Minas e a prodigalidade de D. João V não teriam brotado do solo mineiro as igrejas de Ouro Preto, por influência do rei que construiu Mafra e do sucessor Dom José I. Não teríamos igualmente, sem Gustavo Capanema o edifício do Ministério da Educação e Saúde; sem Juscelino Kubitschek, a Pampulha e Brasília; e finalmente, sem o Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, o prédio do Ministério da Fazenda.

Se o edifício do antigo Ministério de Educação e Saúde, hoje Ministério de Educação e Cultura, representa um marco na evolução da arquitetura contemporânea, deve-se, pois, a cooperação de um grande cliente e de um grupo de arquitetos da mais alta qualidade. Na-

quele momento abria-se para o Brasil um lugar de destaque na arquitetura mundial.

Em contrapartida, o edifício que abrigou o Ministério da Fazenda em terreno próximo ao outro revela personalidade do Ministro e do arquiteto que o construiu. E a associação dos dois não foi particularmente feliz. Todos podem estabelecer a comparação entre os Ministros e os arquitetos; podem comparar as qualidades estéticas e formais bem como analisar o resultado das duas tendências opostas: ecletismo acadêmico agonizante e o modernismo que mantém, depois de décadas, as mesmas características de beleza, dignidade e proporção.

Em 1936 foi aberto um concurso público de projetos para o novo edifício do Ministério da Fazenda, que deveria ser erguido na área do antigo Tesouro, na Avenida Passos. Esse terreno resultou da infeliz demolição de dois edifícios, um dos quais tinha sido construído por Grandjean de Montigny, para sede da então Academia Real de Belas Artes, em 1826, e do qual foi salvo o belo pórtico que foi remontado no Jardim Botânico. Normalmente, entre nós, começa-se pela demolição, mesmo antes de analisar se o local é adequado. No caso do Ministério da Fazenda não era. Deitou-se abaixo um edifício de alto valor histórico e artístico.

Apresentaram-se, se bem me lembro, 28 anteprojetos. A comissão julgadora, contando em sua maioria com engenheiros e arquitetos de comprovada probidade e capacitação profissional, era composta por José Belens de Almeida, representante do Ministério; Hilton Jesus Gadret, Paulo Fragoso, Albino dos Santos Froufe, Aristides F. Figueiredo e Roberto Magno de Carvalho.

A 18 de dezembro de 1936, a Comissão assinou a 12ª Ata de Encerramento e Julgamento Final do Concurso, com o seguinte resultado: Primeiro lugar – arquitetos Wladimir Alves de Souza e Enéas Silva; segundo lugar – arquitetos Oscar Niemeyer, Jorge Machado Moreira e José de Souza Reis; terceiro lugar – arquiteto Raphael Galvão. Além dessa classificação foram conferidas duas menções honrosas, respectivamente aos arquitetos F. F. Saldanha, Carlos Porto e Tupy Brack; e outra ao arquiteto Paulo de Camargo e Almeida.

Pelo edital do concurso, o projeto classificado em primeiro lugar receberia um prêmio de 35 contos de réis e o direito à elaboração do projeto definitivo, com honorários calculados pela Tabela Oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil. Até então, tudo bem, como se diz na linguagem atual. Mas foi aí que começou a nossa odisséia. Meu sócio e

amigo Enéas Silva e eu próprio não tivemos dificuldade em receber o prêmio de 35 contos. Mas, quando se tratou da assinatura do contrato para a elaboração do projeto definitivo, surgiu o problema. Andamos de Herodes a Pilatos durante quase um ano. Conseguimos ser recebidos pelo Ministro, por duas vezes, no seu Gabinete, que ficava no edifício à esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma.

Éramos recebidos sempre por um senhor de ar soturno e fala macia, sempre frio e cortês: o capitão Zeno Zielinsky. O capitão, sob uma serenidade aparente, era dotado de extraordinária imaginação no despistamento de nossas pretensões - e cada vez achava um pretexto para se justificar do fato de o Ministro não assinar nosso contrato. Na época, o montante dos nossos honorários subia a cerca de um mil contos de réis, o que era uma quantia respeitável.

Além disso, considerávamos mais importante a realização profissional. Nesse tempo, o projeto do Ministério da Educação ia sendo desenvolvido. Capanema anulara o concurso antes realizado, convocando arquitetos de sua confiança, no que fez muito bem. Isso nos animava, numa ocasião em que, após as visitas de Le Corbousier, os jovens arquitetos abraçaram a causa do modernismo contra a muralha do academismo da sobrecarga, cartola e lenço de rapé, ainda apoiada pelo oficialismo. O Ministro Capanema teve o descortínio de compreender a importância do movimento moderno, ao passo que o Ministro Souza Costa, apesar de ser homem inteligente, estava atrasado de 50 anos face às realidades da arquitetura moderna. Queria tudo clássico.

Sei apenas que a 18 de novembro de 1937, o senhor Souza Costa deu entrevista a vários jornais anunciando sua intenção de transferir o Ministério para outro local. Isso foi feito, e escolhido o terreno definitivo, na Esplanada do Castelo. Nessa altura dos acontecimentos, o capitão Zeno já tinha esgotado o seu estoque de desculpas. Já estávamos no Estado Novo.

O sistema tinha abolido os direitos e, com o maior desembaraço, o ministro convocou os arquitetos assalariados do Ministério e confiou-lhes, sob a direção de Luiz Moura, a elaboração do projeto definitivo, com isso sentimo-nos esbulhados em nosso direito. Enéas e eu consultamos o advogado Severiano Ribeiro a quem entregamos a causa, e que deu início ao processo judicial contra a União. Não é preciso dizer que o kafkiano processo não demorou muito. De instância a instância fomos perdendo, até chegar ao Supremo Tribunal e à derrota definitiva. Estava tudo consumado.

Iniciou-se a construção e eu freqüentemente passava diante do canteiro de obras, até que um dia vi saírem do chão alguns magros pilares de concreto que pareciam ser de um pórtico. Coisa estranha mas, mais uma vez, tudo bem. Sucede que com grande espanto, bem mais tarde, vi que começavam a vestir os pilares com um engrossamento de alvenaria. E depois veio o mármore. Era a coluna dórica, cópia das proporções do Partenon que lá está. Não falta nada: colunas sem base, caneluras, capitel, arquitrave lisa, friso com método esculpidas e tríglifos, cornijas completas...

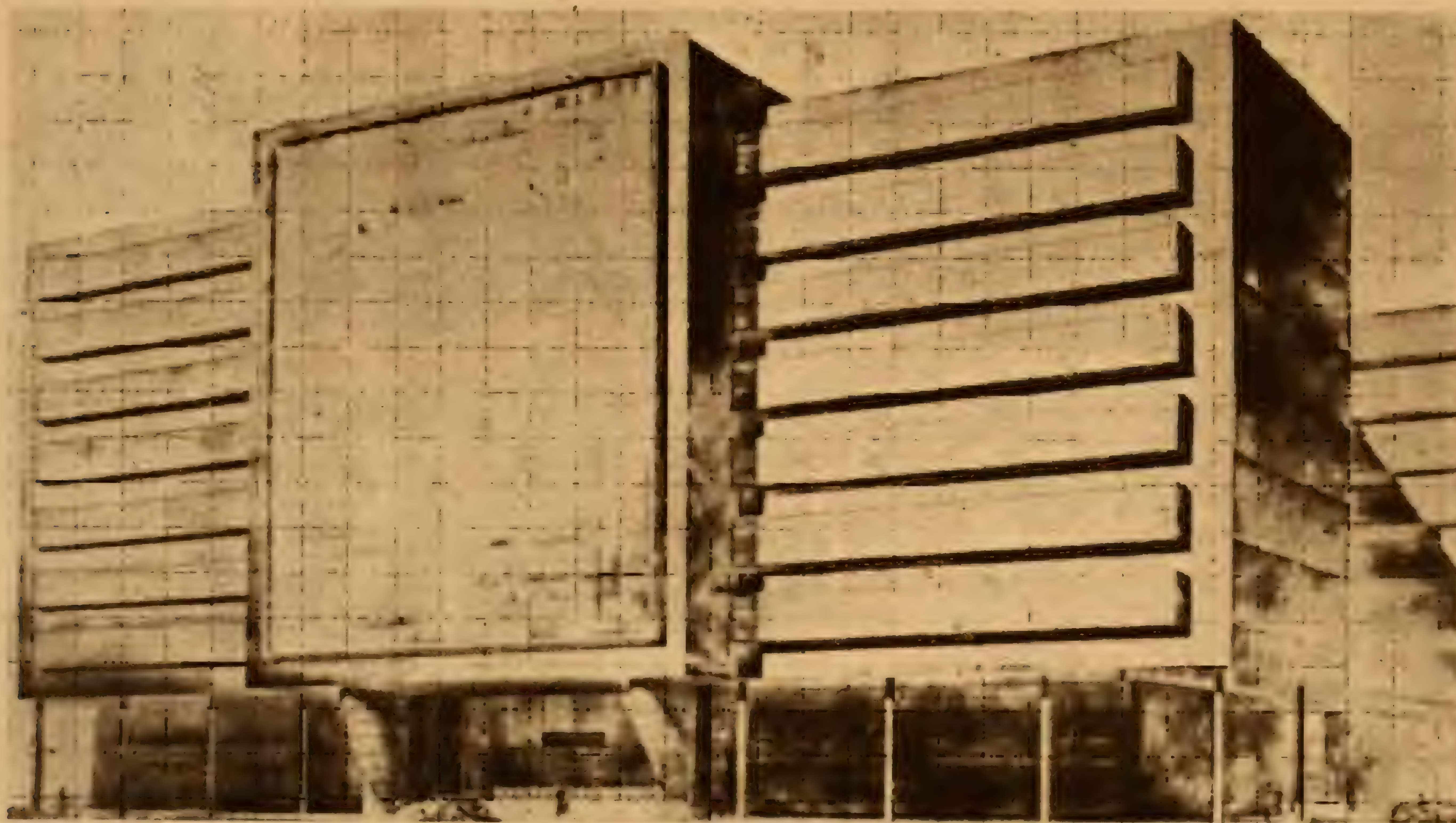
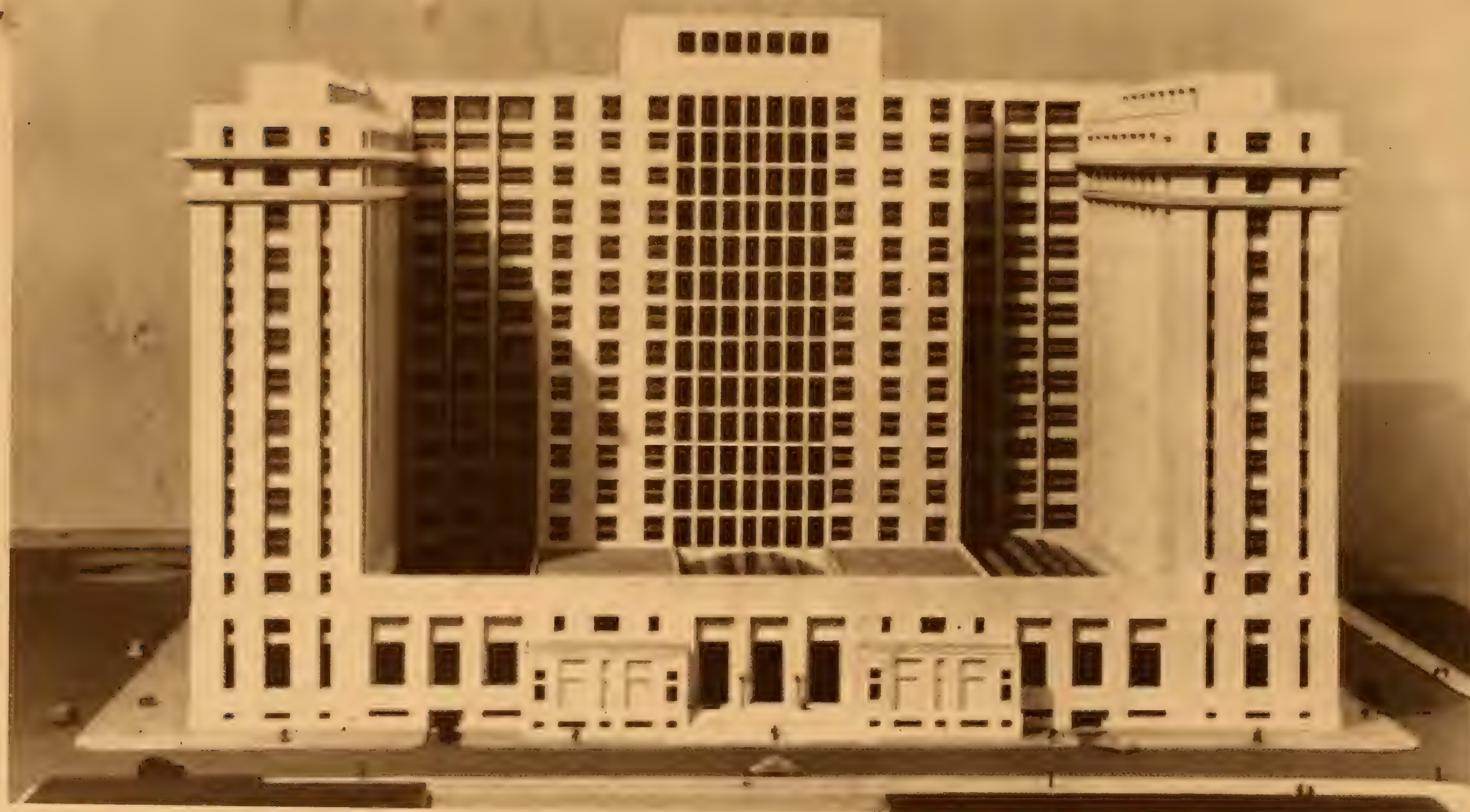
Ainda hoje contemplo a fachada do meu colega Moura e do Ministro Costa. A mágoa e a decepção de mais de 40 anos já passaram. Penso agora com serenidade e sem rancor. Posso dizer que nosso projeto era decididamente moderno, com uma fachada em grande plano envidraçado, com brise-soleil formando um corpo central e nas alas laterais uma sucessão de faixas horizontais contrastando em sentido vertical do centro. A planta não existe mais, não tenho nenhum exemplar. Meu amigo Enéas Silva deixou apenas a recordação de um talento de arquiteto a quem se devem a construção de excelentes escolas ao tempo de Anísio Teixeira e do Prefeito Pedro Ernesto.

O esquema que adotamos foi de uma planta em H, que facilitaria a ventilação. As circulações foram distribuídas de forma racional e, como naquela época os maiores problemas eram a iluminação e a ventilação dos compartimentos, porque não tínhamos à disposição os sistemas de compartimentos separados com divisórias móveis, tudo se fazia em alvenaria, o que naturalmente não só representava uma sobrecarga na estrutura, como dificultaria qualquer transformação posterior do ponto de vista de instalações elétricas.

Mesmo assim, acredito que na elaboração do projeto definitivo nós conservaríamos evidentemente as idéias gerais, mas introduziríamos aperfeiçoamentos substanciais no projeto e hoje vejo e sinto que era uma arquitetura de homens que tinha na época, menos de trinta anos e hoje com a experiência que possuo e o conhecimento da história da arquitetura contemporânea vejo que muitas soluções deveriam ser alteradas e é isso que elogio o Ministério da Educação, o qual foi concebido naquele tempo pelos meus colegas e ainda hoje permanece como um exemplo maravilhoso de arquitetura moderna do nosso tempo, mundial, não apenas brasileira.

Sobre a alteração do projeto vencedor, não houve reação alguma, simplesmente porque a liberdade de imprensa fora cassada e os jornais não tomavam conhecimento das misérias alheias. Já foi de nossa parte um ato de extrema coragem mover uma ação contra

a União naquela época. Sabíamos que íamos perder, pois a justiça não tomou conhecimento do nosso direito.

É importante que se diga que nunca foi declarado que o nosso projeto foi rejeitado. Nunca, em nenhuma circunstância. O que se formou foi uma conspiração do silêncio. Ficamos envolvidos numa bruma densa, que não pudemos atravessar. O Instituto de Arquitetos não tomou conhecimento, a classe também não - e é claro que também o público. A imprensa jamais publicaria com a censura do Departamento de Informações e Propaganda. Naquela ocasião não podiam ser publicados quaisquer depoimentos que ferissem de leve vaidades e suscetibilidades do governo.

Projeto premiado em 1.º lugar e não aproveitado. Arquitetos: Wladimir Alves de Souza e Enéas Silva

Maquete do prédio: acima fachada principal (Av. Presidente Antonio Carlos) e ao lado fachada Rua Debret

Depoimento do engenheiro Ary Fontoura de Azambuja

(Nascido na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 1903, diplomou-se em Engenharia na antiga Escola Politécnica, na turma de 1924. Escolhido pelo ministro Arthur de Souza Costa como o Chefe da Comissão do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda - cargo que exerceu de 1939 a 1944, acumulando, de 38 a 40, com o cargo de Diretor do Serviço do Patrimônio da União, no Rio de Janeiro. Foi, também, o Chefe da Comissão incumbida do projeto do edifício do Ministério da Fazenda em São Paulo).

"Eu chefiava o Serviço do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul, em 1938, quando foi inaugurado o novo edifício da Alfândega de Pelotas, por mim projetado e construído. O ministro Souza Costa, que presidiu a inauguração, me convidou para ocupar o cargo de Diretor do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, bem como para membro da Comissão que seria encarregada da construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda.

Ao chegar ao Rio, mais de um mês depois, encontrei a Comissão funcionando na elaboração do projeto do edifício, que seria construído no terreno da Avenida Passos. Ao me integrar à Comissão constatei que havia séria divergência quanto ao projeto. Alguns integrantes da Comissão estudavam a solução que preconizavam, outros desenvolviam a solução que julgavam mais conveniente, num impasse de difícil solução.

Dada as minhas relações de amizade com o ministro Souza Costa, fui por ele convocado e interpelado dos motivos da morosidade dos trabalhos, pois estava firmemente empenhado em que o prédio do Ministério fosse construído no menor prazo possível e queria saber o que havia para tal demora - e que providências deveriam ser adotadas para abreviar a ultimação do projeto e a elaboração do orçamento das obras.

Com toda a franqueza, respondi-lhe que, naquela situação, eu só via uma providência: a dissolução da Comissão de Construção. Manifestei, ainda, ser contrário à constituição de uma nova Comissão composta por membros com idênticas faculdades deliberativas. Na minha opinião, essa Comissão não poderia operar eficazmente um empreendimento daquela natureza que exigia, antes de tudo, pronunciamentos rápidos e firmeza de direção.

O ministro concordou com minhas ponderações e determinou a seu chefe de gabinete que providenciasse o decreto de dissolução da então Comissão e a lavratura de

um novo decreto no qual deveria constar que a nova Comissão seria constituída apenas de um chefe e dois assistentes - engenheiros do Ministério da Fazenda e indicados pelo Chefe da Comissão. Honrou-me Sua Excelência não com um convite, mas com a determinação para assumir a chefia da Comissão, indicando meu nome à confiança do Presidente da República.

Assim, o que houve, realmente, na construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, foi a organização do que poderíamos chamar de um "Escritório Técnico" para a elaboração do projeto, direção e fiscalização das obras, constituído de um reduzido núcleo de auxiliares e um outro, um pouco mais numeroso, de engenheiros, arquitetos e desenhistas, todos com funções específicas e subordinados diretamente ao chefe da Comissão. E, com exceção do chefe da Comissão e seus dois assistentes (Petrônio Barcelos e Homero Duarte), todos os demais integrantes da Comissão ou "Escritório Técnico" foram recrutados na iniciativa privada.

Com a demolição do velho edifício do Tesouro Público, na Avenida Passos, autorizada pelo governo, constatamos que a área não comportava ou oferecia condições favoráveis para a construção do edifício que seria destinado a alojar as repartições do Ministério da Fazenda e do Tribunal de Contas, cuja área de construção, estimávamos, ficaria em torno de 100.000m².

Levamos este fato ao conhecimento do ministro Souza Costa e sugerimos que, dispondo a Prefeitura de um grande terreno na Esplanada do Castelo, constituído de um quarteirão limitado pela Avenida Presidente Antônio Carlos, Rua Almirante Barroso, Rua Araújo Porto Alegre e Rua Debret, o ministério entrasse em entendimento com a Prefeitura visando a possibilidade, mediante avaliação, de sua permuta com o terreno da Avenida Passos. O ministro concordou com a solução apresentada e autorizou-me a procurar o então prefeito Henrique Dodsworth, a quem telefonou solicitando que me recebesse no dia seguinte.

Devido à crise dos anos 30, agravada pelas perturbações econômicas produzidas pela II Guerra Mundial, a Prefeitura encontrava dificuldades para vender os terrenos resultantes da demolição do Morro do Castelo - e o prefeito demonstrou grande interesse e até entusiasmo pela nossa proposta. Mesmo porque, com a construção no local do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, os demais terrenos representados por vários quarteirões seriam muito valorizados.

Com recursos concedidos por créditos especiais durante o período de construção das obras, e de acordo com o cronograma financeiro previamente elaborado pela Comissão, o Governo possuía condições econômicas para edificar o prédio. O orçamento inicial, submetido em 1939 à apreciação do ministro da Fazenda, importava em Cr$ 51.046,00 (cruzeiros antigos). A despesa real, aplicada na construção, atingiu o montante de Cr$ 55.920,00.

Verifica-se que houve acréscimo inferior a 10%, que é insignificante e surpreendente, considerando que as obras foram orçadas antes da Guerra e iniciadas em setembro de 1939, tendo sido executadas integralmente num período de profundas perturbações econômicas até sua conclusão em 1943, sem qualquer ajuda financeira por parte do Tribunal de Contas.

Em linhas gerais, o prédio obedece ao chamado estilo neoclássico, escolhido pela Comissão. Por isso, a entrada principal, com frente para a Avenida Presidente Antônio Carlos, recebeu tratamento especial, destacando-se das demais. Assim entendeu o arquiteto projetista Luiz de Moura, com o que concordou a Comissão.

Da mesma forma, o Edifício-Sede do Ministério da Fazenda não poderia deixar de ter um salão, especial, com tratamento nobre, reservado às festividades e recepções promovidas pelo ministro, especialmente para homenagear as comissões econômicas de nações estrangeiras que visitam constantemente o Brasil.

Salão Nobre em estilo Luiz XVI. Os belos lustres de cristal foram oferecidos pelo Banco do Brasil e são de autoria do Professor Oreste Fabri

Detalhe da entrada principal

Mesa de reuniões do salão de despacho do gabinete do ministro

Detalhe da entrada principal

Mesa de reuniões do salão de despacho do gabinete do ministro

Detalhe da entrada principal

Um dos ambientes do Museu da Fazenda

Relógio de origem francesa, séc. XIX, feito em Jacarandá pela Casa da Moeda, por ocasião do Cruzeiro, em 1942

Auditório localizado no 13º andar, com capacidade para 374 pessoas

Projetor de filmes de 35mm, instalado no auditório em 1943

Base do mastro da Bandeira Nacional, em ferro fundido, localizado no 14º andar. Executado por Oreste Fabri

Depoimento de Paulo Werneck

(Nascido em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a 29 de julho de 1907, o professor Paulo Werneck executou cinco painéis em mosaico cerâmico para a composição no terraço e jardim do 14º pavimento. Idealizou a fixação de motivos nacionais ligados à cultura indígena, cuja contribuição é buscada na flora, fauna e natureza selvagem das regiões tropicais)

"Naquela época predominava ainda a concepção do palácio neoclássico nos edifícios oficiais. A velha corrente só admitia a arquitetura moderna aplicada a conjuntos habitacionais populares ou instalações industriais. O arquiteto Luiz Moura, ainda jovem, mas adepto das formas conservadoras projetou este Palácio: a colunata em mármore da fachada principal, réplica do Paternon de Atenas, a escadaria, os vasos, os bebedouros de bronze, os guichês... Tudo enfim.

Não houve murais pintados, mas no terraço, igualmente detalhado por Lulu (Luiz de Moura), foram previstos cinco painéis em mosaico. Foi me buscar para fazê-los, e me disse: "Você é da corrente moderna, mas sabe desenhar. Vai fazer os mosaicos do Ministério. O tema é livre". Fiquei surpeendido.

Tinha terminado meu primeiro trabalho no gênero – os mosaicos do edifício do Instituto dos Resseguros do Brasil – por incumbência do arquiteto Marcelo Roberto e seu irmão Milton, Maurício o terceiro dos irmãos arquitetos ainda era estudante. Eu já tinha projetado os mosaicos das faces externas da Igreja da Pampulha, por encomenda do arquiteto Oscar Niemeyer, mas os executei depois do trabalho do Ministério.

Minha proposta, com projetos definitivos, preço, prazo etc foi logo aprovada. Cobrei e recebi oitenta e cinco mil cruzeiros pelo trabalho. Bom preço na época. Dei uma entrada substancial em um apartamento onde, no subsolo, mantinha meu atelier. Hoje, este valor não seria suficiente para a aquisição de um imóvel.

Quando o amigo Moura me declarou que o tema era livre, e eu sempre que posso penso em temas nacionais, parti para os índios, a natureza, nossa origem. Trabalhei com

modelos. Um dos meus ajudantes posou de índio. Uma profissional da Escola de Belas Artes foi a índia. O índio representava um bravo que a serviço dos jesuítas defendia as Missões, chamava-se Sepé Tiaraju. A índia não me lembro. Um dos painéis representa a Amazônia, onde se vê um tucano. Em outro, temos patos selvagens, muita água, palmeiras...

A idéia de fazer os mosaicos partiu de Marcelo Roberto, jamais poderei esquecer este nome. Foi na sua época o maior arquiteto do Brasil, juntamente com Oscar Niemeyer, ambos criadores, inventivos e um não copiava o outro - o que era muito importante. A arquitetura teve um surto belíssimo na época, o governo estava fazendo muitos prédios, institutos que não eram unificados, prédios de Ministérios, ainda não se falava em Brasília.

Marcelo me disse: "Paulo, eu conheço a Itália, conheço Ravena.., Por que que você em vez de estar pensando em azulejo, que é uma coisa muito precária, não tenta mosaico?", e me recomendou a um industrial, Jorge Ludolf, que era dono da Cerâmica Brasileira, que a maior fábrica de cerâmica do país na época.

Fui recebido com grande carinho por Jorge Ludolf, que se mostrou interessado, mesmo sendo um industrial, em assuntos não exclusivamente de lucro. Ele colocou à minha disposição as quantidades de mosaico que necessitasse, tinha ele na época uma variedade de cores fabricadas com o maior carinho, com material de absoluta segurança e essas cores que hoje não existem mais. É lamentável. Todos sabemos que a tecnologia progride, mas certas coisas deixam de ser feitas, para atender o imediatismo do lucro.

Como autodidata, pela primeira vez trabalhei com modelos. Desenhei os painéis em tamanho natural, sobre papel, e também desenhei e pintei um deles sobre tela.

Por aconselhamento, não me lembro se do próprio Jorge Ludolf, trabalhou uma equipe chefiada por um estoniano que a turma chamava de "Rato Branco". Chamava-se Joanes Veiderpass. Era um operário de grande capacidade e mantinha alguns parentes na sua equipe. Alguns brasileiros, porém, assimilaram rapidamente os seus ensinamentos e se tornaram profissionais muito competentes, também. Com isso, pude cumprir o prazo estipulado no meu contrato.

Eu vivi intensamente esta obra. Não participava de soluções ou discussões, mas eu morava aqui. O trabalho foi iniciado lá em cima, no nível do terraço, num salão aberto, desconfortável, e para onde eu tinha de subir - e sem elevadores. Mas isso não durou muito

tempo. Se não me engano, nem vinte dias. Logo que foi possível desimpedir a sobreloja, passei para o lado direito. O Luiz Moura e o Ary Azambuja fizeram ligação de água, fecharam com tábuas, porta com cadeado e me deram um atelier fabuloso, aqui dentro do prédio.

Painéis em mosaico cerâmico de tema indígena, localizados no 14º andar. Executados por Paulo Werneck.

Painel em mosaico cerâmico de tema indígena, localizado no 14º andar. Executado por Paulo Werneck

Breve história da Administração do Ministério da Fazenda e biografia dos seus administradores

Quando da vinda das Cortes Portuguesas para o Brasil, em 1808, nosso país estava dividido em capitanias. Em cada capitania principal existia uma Junta de Fazenda (Decreto de 12 de junho de 1779). A Junta de Fazenda do Rio de Janeiro já havia sido criada pela Carta Régia de 16 de agosto 1760, funcionando até então subordinada ao Erário de Lisboa.

Com a Lei de 4 de outubro de 1831, as Juntas de Fazenda passaram a denominar-se **Tesourarias de Províncias**, sendo criadas em cada uma das Províncias do Império.

Em 17 de dezembro de 1892, de acordo com o Decreto n° 1166, foi regulamentada a Lei n° 23, criando dentro do Ministério da Fazenda as Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.

Em 1934, o chefe do governo provisório ordenou uma nova reorganização dos Serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional, passando as Delegacias Fiscais a repartições auxiliares e dependentes do Tesouro Nacional, com autonomia na esfera de sua jurisdição e competência.

Em 1960, com a mudança da capital federal para Brasília, foi criado mais um estado, o da Guanabara, até então Distrito Federal da República e o antigo município neutro do Império. Os órgãos centrais do Ministério da Fazenda foram gradativamente sendo transferidos para Brasília, nova capital da República, permanecendo na Guanabara algumas representações.

Com o passar dos anos, tornou-se premente nova reforma administrativa global. Dessa forma, foram esboçadas as linhas mestras da reforma dos serviços públicos federais e as atribuições do Ministério Extraordinário.

A fim de descentralizar os serviços a cargo do Ministério da Fazenda, foram fixadas

as áreas de jurisdição e a sede dos Órgãos Regionais em 10 (dez) Regiões Fiscais distribuídas no país. O Rio de Janeiro, a Guanabara e o Espírito Santo, formavam a 7ª Região, com sede no Estado da Guanabara.

Com o Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, foi implantada a Reforma Administrativa Federal e alterada fundamentalmente a estrutura do Ministério da Fazenda.

Definidas a estrutura e as atribuições, a Direção Geral da Fazenda Nacional passou a denominar-se Secretaria da Receita Federal. Coube-lhe a coordenação de alguns órgãos do Ministério da Fazenda, dentre eles as Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, até que fosse aprovada a estrutura central do Ministério da Fazenda.

Em 1° de fevereiro de 1972, foi criado o Departamento de Administração na estrutura básica do Ministério da Fazenda, diretamente subordinado ao Ministro de Estado. O Departamento passou a ser o Órgão Central de Direção Superior da Administração das atividades-meio do Ministério da Fazenda. Os imóveis e edifícios onde funcionavam as diversas repartições fazendárias regionais, continuariam a ser administrados por este órgão, até que fossem definidas, por ato próprio do Ministro de Estado, as atribuições dos Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda.

O Regimento Interno do Departamento de Administração do Ministério da Fazenda foi aprovado pela Portaria MF/GM n° 227/72, tendo o órgão, por finalidade: exercer as atividades de planejamento, gestão, supervisão, coordenação, controle, orientação e execução referentes à administração de material, obras, comunicações, transportes, documentação, edifícios e outras que lhes fossem atribuídas, na área do Ministério, exceto a administração de pessoal.

Por ordem do Ministro da Fazenda, foram criados, na mesma época, o Núcleo Regional de Administração no Estado da Guanabara (Portaria MF/GM n° 237/72) e o Núcleo Regional de Administração em Brasília (Portaria MF/GM n° 238/72), como órgãos de execução do Departamento de Administração, com atribuições definidas no Regimento Interno de cada Núcleo.

Pelo Decreto n° 72.410/73, as Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional foram extintas, e por esse mesmo Decreto foram criadas, na estrutura básica do Ministério, as **Delegacias Estaduais do Ministério da Fazenda**, subordinadas ao Ministro de Estado.

Além de suas atribuições próprias como unidades administrativas regionais de planejamento e orçamento, as Delegacias Estaduais desempenhavam, por delegação, atribuições do Departamento de Pessoal e do Departamento de Administração, bem como prestavam serviços de assistência técnica aos Estados e Municípios, no âmbito do Ministério da Fazenda.

Gradativamente, a estrutura das Delegacias Estaduais do Ministério da Fazenda foi sendo implantada. Enquanto não era concretizada sua implantação, permaneceram vigentes as estruturas e atribuições das Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional e das unidades administrativas regionais dos Departamentos de Administração de Pessoal do Ministério da Fazenda.

O Regulamento Padrão das Delegacias Estaduais do Ministério da Fazenda foi aprovado pelo Ministro da Fazenda, conforme a Portaria MF/GM n° 274/73, atribuindo ao Secretário Geral do Ministério da Fazenda supervisionar essas Delegacias.

Entre outras finalidades, ficou estabelecido que as Delegacias Estaduais deveriam planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar tarefas relativas às atividades-meio e auxiliares, abrangendo pessoal, administração de edifícios e de obras, material, comunicações, transporte e documentação, obedecendo às normas e diretrizes emanadas dos Departamentos de Pessoal e Administração, nas respectivas áreas de atuação.

As Delegacias Estaduais foram sediadas nas capitais dos Estados e suas jurisdições compreendiam as áreas territoriais das respectivas unidades da Federação.

O Regimento Padrão das Delegacias Estaduais do Ministério da Fazenda foi aprovado, através da Portaria MF/GM n° 258/74, revogando assim a Portaria MF/GM n° 274/73. Nessa mesma data, as estruturas das Delegacias Estaduais do Ministério da Fazenda foram estabelecidas.

A denominação das Delegacias foi depois alterada para Delegacias do Ministério da Fazenda, seguida do nome do Estado correspondente, conforme o Art. 1° do Decreto n° 74.658/74.

Quando da unificação dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, foi decretada a unificação de órgãos do Ministério da Fazenda sediados naqueles Estados.

Dessa forma, as Delegacias do Ministério da Fazenda nos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passaram a constituir órgão único, sob a denominação de **Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro.**

Com o estabelecimento da estrutura básica do Ministério da Fazenda (Decreto n° 76.085/75) e, de acordo com a constituição de seus órgãos, as Delegacias do Ministério da Fazenda nos estados ficaram subordinadas à Secretaria Geral como unidades descentralizadas. Aprovado o regimento interno das Delegacias do Ministério da Fazenda pela Portaria MF/GM n° 413/ 75, foram definidas suas respectivas estruturas e atribuições.

Em 1988, pelo Decreto n° 96.912, foi alterada a estrutura básica do Ministério da Fazenda transformando suas delegacias em Delegacias de Administração, unidades descentralizadas da Secretaria de Administração. A partir desta data, a nomenclatura passou a ser **Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda**, seguida do nome do Estado correspondente.

Com a mudança da nomenclatura do Ministério da Fazenda para Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, através da Medida Provisória n° 150/90, revogada pela Lei n° 8.028/90, a denominação das delegacias simultaneamente foi alterada para **Delegacia de Administração do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento** nos Estados .

Somente em 1992, com a Portaria MEFP/SAG n° 436/92, o detalhamento do regimento interno das Delegacias de Administração foi aprovado, e pela Portaria MEFP/SAG n° 593 foi oficializada a nova denominação e as siglas de todas as Delegacias de Administração, sob a subordinação da SAG – Secretaria de Administração Geral.

A transformação do nome do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, retornando para Ministério da Fazenda, ocorreu através da Medida Provisória n° 309, de 16 de outubro de 1992, e as Delegacias de Administração, automaticamente, seguiram a nova nomenclatura, passando para **Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda** nos Estados. Em 1995 com a Medida Provisória n° 813, as Delegacias passaram a ser subordinadas a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, órgão integrante da Secretaria-Executiva.

Com a aprovação do Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, pela Portaria MF/GM n° 264/1998, as Delegacias de Administração mudaram

as suas jurisdições, ficando a Delegacia de Administração no Estado do Rio de Janeiro, localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com Representação em Vitória (ES), assumindo as atribuições da antiga Delegacia de Administração no Estado do Espírito Santo. Pela Portaria MF/GM nº 165/2001, as Representações nos Estados passaram a ser Gerências Regionais, retornando as atribuições à nova Gerência Regional de Administração no Estado do Espírito Santo.

A atual denominação de **Gerências Regionais de Administração** nos Estados foi aprovada pelo Decreto nº 3.782/2001, da Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda, com subordinação à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, e com competências estabelecidas através da Portaria MF/GM nº 92/2001 do Regimento Interno da Secretaria-Executiva.

GRA/RJ

ORGANOGRAMA

Gerência de Regional de Administração

Assistente

Ouvidoria

Assessoria de Comunicação Social

Gerência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Divisão de Orçamento e Finanças

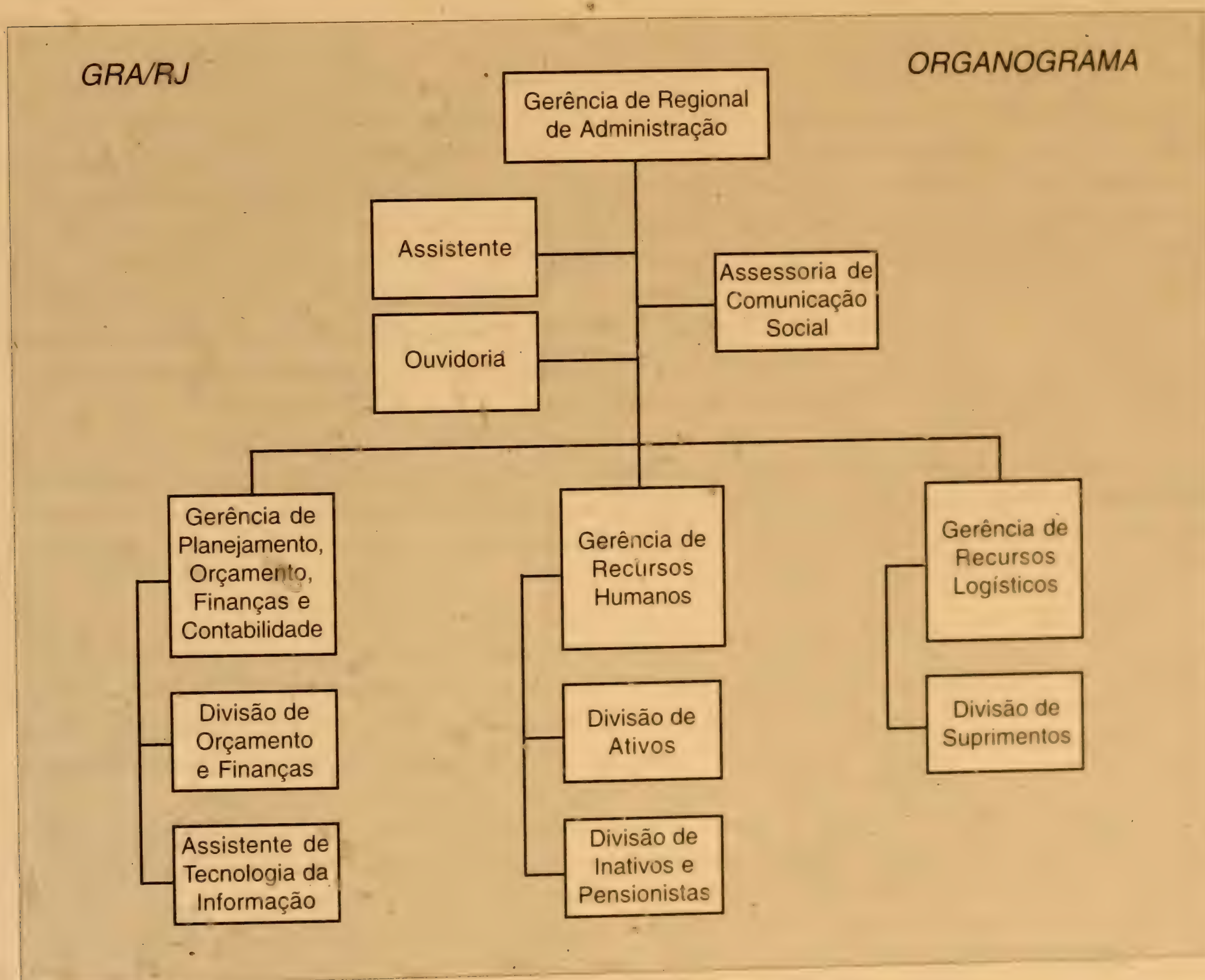
Assistente de Tecnologia da Informação

Gerência de Recursos Humanos

Divisão de Ativos

Divisão de Inativos e Pensionistas

Gerência de Recursos Logísticos

Divisão de Suprimentos

Delegado do Ministério da Fazenda no Estado da Guanabara
1974
Delegado do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
1975-1979

LUIZ HENRIQUE MUELLER, nasceu na cidade de Taubaté (SP), no dia 12 de dezembro de 1940. Filho de Germano Mueller e Maria Helga Dillenburg Mueller.

Diplomado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursou a Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas.

Admitido no Serviço Público em 1970, no cargo de Técnico de Tributação, para estágio, a serviço da Secretaria da Receita Federal, foi nomeado um ano depois como Técnico de Tributação do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, passando a integrar o Grupo de Política Tributária.

Redistribuído para a Assessoria de Estudos, Planejamento e Avaliação – AESPA, a fim de ter exercício junto à Subchefia do Gabinete da Secretaria da Receita Federal na Guanabara. Em 1973, foi designado para exercer as atribuições de Assessor Especial para Organização e Métodos da Subsecretaria de Planos e Orçamentos da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda, posteriormente ocupou o cargo de Coordenador deste mesmo Grupo. Foi indicado pelo Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, para constituir o Grupo de Trabalho para elaboração do Relatório do Ministério da Fazenda do período de 1967 a 1973.

Em 1974, exerceu a função de Chefe do **Núcleo Regional de Administração da Guanabara**, passando automaticamente a ocupar o cargo de **Delegado do Ministério da Fazenda no Estado da Guanabara**, nomeado pelo Decreto de 8 de julho de 1974, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 1974.

Com a unificação dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, assumiu o cargo de **Delegado do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro**, nomeado pelo Decreto de 2 de setembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União da mesma data. Exonerado da função, pelo Decreto de 14 de março de 1979, publicado no Diário Oficial da mesma data.

Desligado do cargo de Delegado, foi cedido à Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, e posteriormente removido para a Secretaria da Receita Federal para exercer as atribuições de Fiscal de Tributos Federais nas Unidades Centrais/RJ, 7ª Região Fiscal, 5ª Região Fiscal e na Inspetoria do Porto da Delegacia da Receita Federal, permanecendo na função até seu afastamento, por motivo de saúde, quando se aposentou.

Participou do Seminário sobre Material, realizado na República Federal da Alemanha e foi consignado com "Voto de Louvor" na execução do Projeto de Reestruturação do Sistema de Codificação e Tramitação de Processos do Tribunal de Contas.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ), no dia 02 de maio de 2002.

Delegado do Ministério da Fazenda no Estado Rio de Janeiro
1979-1985
Delegado de Administração do Ministério da Fazenda no Estado Rio de Janeiro
1988-1990

DOMINGOS MARQUES GRELLO, nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no dia 04 de fevereiro de 1921. Filho de Albino Marques Grello e Rosa Cândida Maia.

Formado em Contador pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diplomado em Atuário pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. Cursou a Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas.

Admitido no Ministério da Fazenda em 1945 como Contador, designado para exercer a função gratificada de Chefe da Seção de Bancos e Correspondentes da Contadoria Geral da República. Serviu como Assessor Técnico da Comissão de Encontro de Contas, entre a União e o Estado de São Paulo, como Representante do Ministério da Fazenda e Membro do Conselho Fiscal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Em 1958 foi nomeado para chefiar a antiga Seção de Administração da Dívida Externa da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque, desligado da função em 1961. Exerceu as funções de Assistente do Gabinete dos Ministros Clemente Mariani e Carvalho Pinto, e de Chefe de Gabinete dos Ministros Walter Moreira Salles e Octávio Gouvêa de Bulhões. Integrou o Grupo de Trabalho encarregado de estudar os problemas relativos à participação oficial do Brasil na Feira Mundial de Nova Iorque e indicado com Membro da Comissão Coordenadora da Atividades dos Conselhos e Juntas Fiscais.

Do ano de 1966 até 1971, chefiou novamente a Seção de Administração da Dívida Externa da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque e foi indicado pelo Delegado do Tesouro Brasileiro como Substituto do Tesoureiro. Regressou ao Brasil em 1971, assumindo o cargo de Assessor do Gabinete do Ministro da Fazenda no Rio de Janeiro e, em 1973, foi autorizado a prestar colaboração a Universidade Federal Rio de Janeiro como Sub-Reitor de Patrimônio e Finanças.

Em 1976 foi designado para Integrar a Equipe Técnica de Classificação de Cargos, sobre a presidência do Diretor Geral do Departamento de Pessoal do Ministério da Fazenda e Finanças, e para exercer função de Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Casa da Moeda do Brasil.

Foi nomeado como **Delegado do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro** em 1979, conforme Decreto de 15 de março de 1979, publicado no Diário Oficial da União da mesma data. Na sua administração como Delegado, precisamente em 1983, fundou a Assefaz - Associação dos Servidores do Ministério da Fazenda, entidade que beneficia até hoje os servidores do Ministério da Fazenda e ao Serviço Público. Concedida a exoneração do cargo de Delegado de acordo com a Portaria MF/GM nº 42, de 14 de março de 1985 publicada no Diário Oficial da União da mesma data, foi designado para integrar o Conselho Administrativo da

Coordenadoria das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional – CEIPN.

Em 1988, indicado pela segunda vez para o cargo **de Delegado do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro**, de acordo com a Portaria MF/GM n° 27, de 11 de janeiro de 1988, publicada no Diário Oficial de 12 de janeiro de 1988. Como Delegado, recebeu o encargo de Chefe da Representação do Gabinete do Ministro no Rio de Janeiro. Exonerado conforme Portaria MEFP/SAG n° 62, de 02 de maio de 1990, publicada no Diário Oficial da data seguinte.

Ao longo de sua carreira pública foi convidado para Membro da Delegacia Brasileira de Negociação de Convênio entre o Brasil e Paraguai; Membro da Comissão de Estudos dos Créditos Franceses; Membro da Comissão de Estudos da Reforma do Ministério da Fazenda; Membro da Comissão designada pelo Presidente da República para examinar o regime de remuneração do pessoal civil e militar no exterior; Membro da Equipe Técnica de Alto Nível de Classificação de Cargos do Ministério da Fazenda; Membro do Conselho Fiscal da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG); Membro do Conselho Curador da Fundação José Bonifácio; Membro do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas; e Membro do Conselho Fiscal da Fábrica Nacional de Motores.

Agraciado com várias condecorações como a Medalha do Pacificador e a Ordem do Mérito Militar (Comendador), conferidas pelo Ministério da Guerra; Tamandaré e Ordem do Mérito Naval (Comendador), pelo Ministério da Marinha; Ordem do Mérito Aeronáutico (Oficial) e Santos Dumont, pelo Ministério da Aeronáutica; Companheiro da Aliança – comemorativa do 5° aniversário da Aliança para o Progresso; e Ordem do Rio Branco (Comendador), pelo Ministério das Relações Exteriores.

Membro da Fundação Octávio Gouvêa de Bulhões, entidade civil de direito privado, que tem com objetivo promover estudos sobre a Conjuntura Nacional, relacionados com as políticas fazendárias e institucionalizar a memória do Ministério da Fazenda.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ), no dia 14 de setembro de 2003.

Delegado do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
1985-1988

EDGARD DOS SANTOS PAIVA FILHO, nasceu na cidade do Rio de Janeiro(RJ) no dia 26 de julho de 1947. Filho de Edgard dos Santos Paiva e Atssú Trena de Paiva

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em Administração pela Faculdade Moraes Júnior no Rio de Janeiro. Diplomado em inglês pelo Davies's School of English em Londres, e em francês pela Sorbone em Paris. Diplomado como Operador junto ao público e Operador de Pregão pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro Aprovado nos concursos para Inspetor da Abastecimento da Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB e Inspetor do Trabalho. Freqüentou durante cinco anos o Curso para Carreira Diplomática.

Antes de ingressar no serviço público, foi Administrador de Carteira de Valores Mobiliários da Fator Corretora de Títulos e Valores/RJ e da Lara S/A Corretora de Valores e Câmbio.

Admitido no Ministério da Fazenda em 1978 no cargo de Fiscal de Tributos Federais, em virtude de habilitação em concurso, assumindo o exercício na Inspetoria da Receita Federal do Aeroporto de Congonhas/SP.

Em São Paulo, participou como Coordenador-Adjunto do 1° Congresso Brasileiro Fisco-Contribuinte no Palácio das Convenções no Parque Anhembi.

Em 1983 foi removido, a pedido, para a Inspetoria da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro onde assumiu a função de Assessor do Inspetor Dr. Luiz Sérgio Coelho Ferreira Franco, permanecendo no cargo até a gestão do Inspetor Dr. Jupy Barros Noronha. Posteriormente assessorou a Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Gabinete do Ministro da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro.

Nomeado para o cargo de **Delegado do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro**, pela Portaria MF/GM nº 98, de 15 de março de 1985, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 1985. No período que exerceu a função de delegado, foi indicado como Representante do Ministro da Fazenda no Rio de Janeiro na gestão dos Ministros Dílson Domingos Funaro e Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, e designado para integrar o Conselho Administrativo da Coordenadoria das Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional – CEIPN, como Representante da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda. Exonerado do cargo em comissão de Delegado do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro em 1988, conforme Portaria MF/GM n° 29 de 11 de janeiro de 1988, publicada no Diário Oficial da União da data seguinte.

Retornou à Secretaria da Receita Federal, como Assessor do Superintendente da Receita Federal da 7ª Região Fiscal , Dr. Sérgio Santiago da Rosa, permanecendo neste cargo até 1993, quando tomou posse como Delegado Substituto da Delegacia do Patrimônio da União no Rio de Janeiro DPU/RJ.

Regressando à Secretaria da Receita Federal, ainda no ano de 1993, assessorou o Superintendente da Secretaria da Receita Federal - 7ª Região Fiscal, Dr. Serafim Cipriano Pereira, até 1996.

Atualmente exerce a fiscalização, na Inspetoria da Alfândega do Aeroporto do Rio de Janeiro , no Setor de Bagagem Acompanhada - ALF/GIG da Superintendência Regional da Receita Federal - 7ª Região Fiscal.

Delegado de Administração do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no Estado do Rio de Janeiro
1990-1991

RENATO LUIZ DE ALMEIDA ROCHA, nasceu no Rio de Janeiro (RJ), no dia 20 de maio de 1940. Filho de Roque Rocha e Cacilda de Almeida Rocha.

Diplomado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduado em Engenharia Econômica e Administração Industrial, participou de diversos cursos de especialização como Contabilidade de Custos, Aspectos Sociais e Humanos na Empresa, Administração Geral da Empresa, Administração da Produção, Teoria Econômica e Métodos Quantitativos, ministrados pela Escola Nacional de Engenharia/RJ. Na Embaixada dos Estados Unidos da América, freqüentou o Curso de Aspectos da Civilização Norte-Americana e no First National City Bank, o de Administração por Objetivos. Participou do Curso de Licitações, Contratos e Reajuste de Preços do Instituto de Organização Racional do Trabalho e de Controladoria Empresarial, realizado no Instituto Superior de Estudos Contábeis da Fundação Getúlio Vargas.

Antes de ingressar no Ministério da Fazenda, exerceu atividades em empresas privadas como a de Gerente do First National City Bank e de Assistente Técnico da Inversan Planejamento, Administração e Participações Ltda.

Requisitado pelo Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) em 1977, para exercer no Ministério da Fazenda, na gestão do ministro Mário Henrique Simonsen, o cargo de Assessor da Coordenadoria de Assuntos Econômicos (Divisão de Indústria e Comércio) no Gabinete do Ministro da Fazenda/RJ, com a atribuição de assessorar tecnicamente a Representação do Ministério da Fazenda junto ao Conselho Interministerial de Preços -CIP, e designado também como Representante do Ministro da Fazenda no Plenário do Conselho de Desenvolvimento Industrial (Bens de Capital).

Em 1985 exerceu as funções de Chefe do Gabinete do Secretário Executivo do Conselho Interministerial de Preços e Coordenador Administrativo da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços no Rio de Janeiro – SEAP/RJ. No ano de 1990 foi convidado para Chefe da Divisão Farmacêutica da Coordenadoria das Indústrias de Bens de Consumo Não Duráveis do Conselho Interministerial de Preços, e posteriormente assumiu a Chefia de Gabinete do Departamento de Abastecimento e Preços no Rio de Janeiro.

Nomeado para exercer o cargo de **Delegado de Administração do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no Estado do Rio de Janeiro**, pela Portaria MEFP/SAG n° 89, de 24 de maio de 1990, publicada no Diário Oficial da União da data seguinte. Permaneceu como Delegado até seu falecimento, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no dia 05 de março de 1991.

Delegado de Administração do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no Estado do Rio de Janeiro 1991-2001

JOAQUIM ALFREDO SOARES VIANNA, nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no dia 16 de janeiro de 1938. Filho de Aderaldo Franco Vianna e Zélia Luiza Soares Vianna.

Bacharel em Física e diplomado em Licenciatura/Física pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Aprovado nos concursos para Professor do Estado do Rio de Janeiro e Professor de Física do Ministério da Educação e Cultura.

Antes de ingressar no Serviço Público foi diretor e professor de Física e Matemática do Curso Pré-Vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1962 foi designado pelo Departamento de Administração do Serviço Público – DASP para o cargo de Professor de Matemática Comercial e Financeira do Curso de Técnico de Administração e para Membro da Banca Examinadora do Exame Vestibular para Cursos Técnicos de Administração da Escola do Serviço Público.

Professor do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Cultura, lotado no Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ, assumiu as cadeiras de Física e Matemática do Ensino Industrial/Técnico.

No Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, assessorou a Coordenação Geral do Ensino Técnico, coordenou a Coordenadoria de Cursos Especiais e foi indicado como Membro da Banca Examinadora no concurso para professor de Física.

De 1971 até 1973 ficou à disposição do Governo do Estado de Mato Grosso para exercer o cargo de Secretário de Educação e Cultura. No período, foi Vice-Chanceler da Universidade Estadual e Presidente do Conselho Superior de Ensino de Mato Grosso.

Em 1973, no Ministério da Educação e Cultura, ocupou o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Ensino. Foi indicado para Presidente da Comissão de Estudos de Viabilidade da Implantação da Universidade Aberta no Brasil, para Membro do Colegiado do Instituto Nacional do Livro e para Representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho Técnico Administrativo do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional – CENAFOR.

Designado pela Portaria Ministerial nº 593/1974, na qualidade de representante do Ministério da Educação e Cultura, para integrar o Conselho Nacional do Movimento de Educação e Base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em 1974 e 1975. Neste período foi Consultor do Projeto "A carreira do técnico de nível médio na área da pesquisa" - CNPq.

Colocado à disposição do Ministério da Previdência Social em 1982, para exercer a função de Secretário

da Administração do INAMPS, onde permaneceu até 1985, posteriormente foi convidado para exercer os cargos de Diretor Administrativo e Presidente Interino da VALESUL Alumínio S.A., empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. Designado para Representante desta empresa no Grupo de Trabalho da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico sobre o Pólo de Alumínio no Rio de Janeiro e também para Coordenador no Estudo de Reestruturação, junto com acionistas Billiton Metais S.A. e a Companhia Vale do Rio Doce. Presidiu também a AEDIN – Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz de 1986 a 1987.

Em 1987 foi cedido ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para o mandato de Diretor da Administração e Substituto do Diretor Financeiro da Companhia do Metropolitano – Metrô/RJ.

Desligado da Diretoria do Metrô/RJ, quando solicitado para exercer o cargo de **Delegado de Administração do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no Estado do Rio de Janeiro**, nomeado pela Portaria MEFP/SAG nº 78, de 18 de março de 1991, publicada no Diário Oficial da União da data seguinte. No período de sua administração como Delegado assumiu também a Representação do Gabinete do Ministro da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, da gestão da Ministra Zélia Cardoso de Mello até à do Ministro Pedro Sampaio Malan. Exerceu os cargos até 2001, quando pediu aposentadoria do Serviço Público.

Depois que deixou o Serviço Público assumiu como Superintendente Geral da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, permanecendo até 2002.

Participou dos Encontros de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação em vários estados do Brasil e dos Departamentos de Ensino Supletivo das Unidades da Federação em Brasília. Como debatedor, participou do Painel "A iniciativa particular na educação e seu significado no momento brasileiro", no II CONFEPE - Congresso Fluminense de Estabelecimentos Particulares de Ensino. Representou o Ministério da Educação e Cultura no Encontro Internacional de Formação de Mão de Obra, na Guatemala. Viajou aos Estados Unidos para estágios na Universidade de Michigan em East Lansing e Universidade de San Diego/California. Em 1974 visitou os Estados de Maryland, West Virginia e Pensilvânia, para conhecimento da Educação Profissional na Zona Rural.

Como Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso, elaborou projetos de grande importância tais como: "Plano Integrado de Educação e Cultura", "O Governo do Estado, o Município e a Reforma do Ensino de 1º Grau", "Recursos Humanos para o Desenvolvimento de Mato Grosso , "Dois anos de Educação em Mato Grosso" etc.

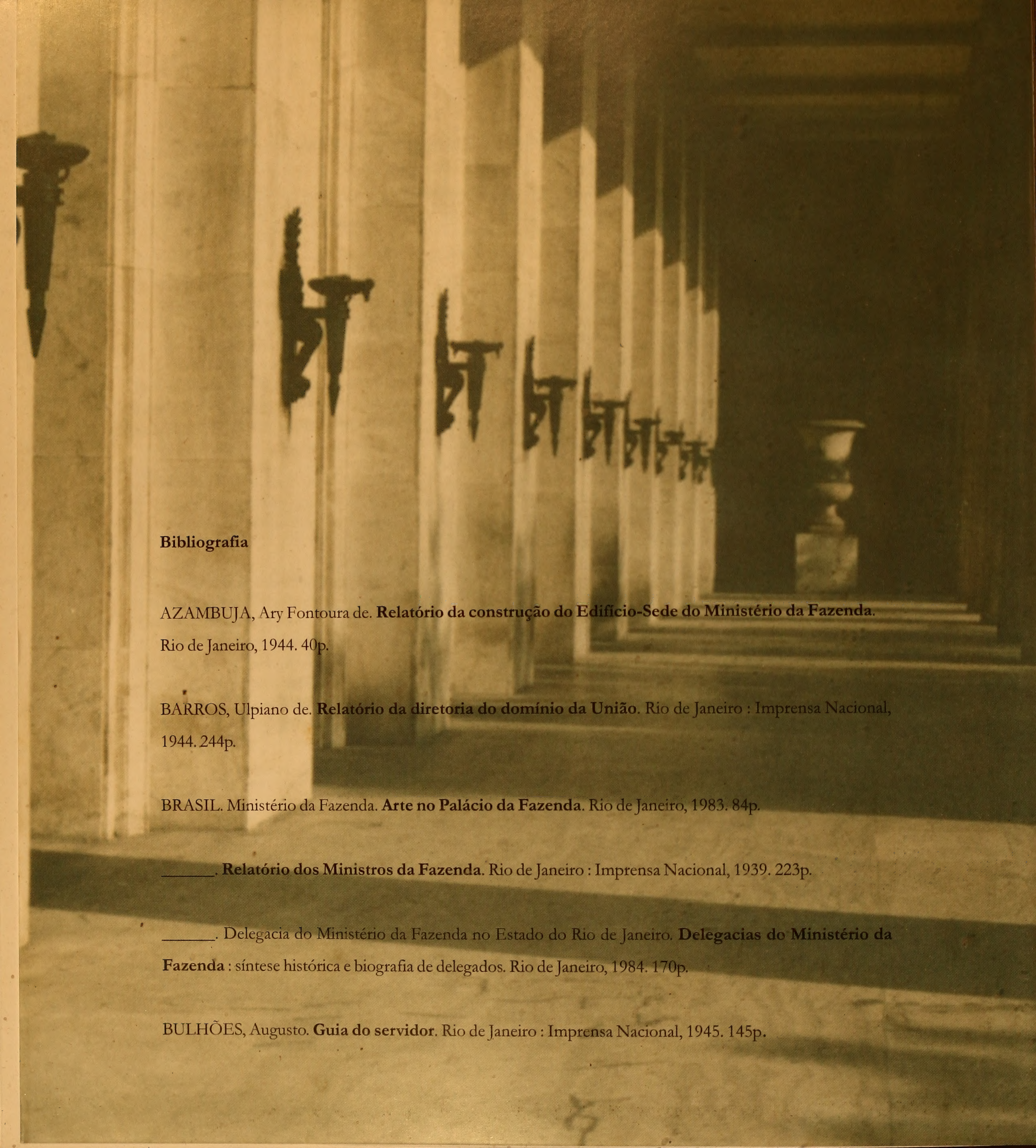
Desenvolveu ainda trabalhos ligados à educação no Estado de Mato Grosso: "Bolsas reembolsáveis", "Caixa escolar e anuidade", "Financiamento da Educação", "A utilização das salas de aula durante os 12 meses do ano em rodízio escolar", "II Plano Setorial de Educação" e "Currículos para o ensino rural".

Ao longo de sua carreira profissional recebeu várias condecorações como: Ordem Nacional do Mérito Educativo, no Grau de Cavaleiro, Medalha do Sesquicentenário da Independência/MT, Cidadão do Município de Jateí/MT, Cidadão do Município de Várzea Grande/MT, Cidadão do Município de Cáceres/MT e Benemérito do Estado do Rio de Janeiro.

Gerente Regional de Administração no Estado do Rio de Janeiro
2001

JOSÉ ALVES DA COSTA, nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no dia 18 de agosto de 1954. Filho de Waldyr da Costa e Odila Alves da Costa.

Formado em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Estudos Sociais Clóvis Bevilacqua, e Técnico de Contabilidade pelo Instituto São João Batista, freqüentou vários cursos de especialização como: Assistência Técnica Global, Técnicas de Auditoria Interna, Aperfeiçoamento em Procedimentos na Contabilidade Pública e de Práticas de Assessoria Técnica, ministrados na Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência/MPAS. No Ministério da Fazenda, participou do Curso de Gerenciamento pela Qualidade Total, conferido pela Fundação Christiano Ottoni e concluiu o Curso de Desenvolvimento Gerencial para Gerentes e Supervisores, ministrado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF/Brasília.

Ingressou no Serviço Público em 1978 como Contador, exercendo a função de Auditor da Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência – FCBIA, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social. Como Auditor, elaborou o planejamento e a execução de Programas de Auditoria e coordenou as atividades nas áreas de contabilidade, compras, patrimônio e almoxarifado.

Em 1992, foi-lhe conferido o cargo de Consultor de Análise de Prestação de Contas dos Convênios da antiga Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência – FCBIA, na Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça. Coordenou o Grupo de Trabalho de Prestação de Contas e Convênios e respondeu pelo Expediente do Escritório Estadual da Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência – FCBIA no Estado do Pará.

No extinto Ministério do Bem-Estar Social, participou como Expositor do Evento de Treinamento de Manual de Convênios, e do Evento sobre Procedimento de Prestação de Contas de Recursos Repassados através de Convênios Firmados por Órgãos Federais.

Redistribuído para o Ministério da Fazenda em 1995, no cargo de Contador, para exercer a função de Auditor na Secretaria Federal de Controle. Na função, foi responsável pela execução de Programas de Auditoria de Gestão, Acompanhamento Operacional e Especiais, realizados junto às Unidades Gestoras da Administração Pública Federal Direta e Indireta no Rio de Janeiro. Elaborou e executou os Programas de Fiscalização de Convênios e Bolsas de Estudo subsidiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, dos Órgãos da Administração Pública no Estado do Rio de Janeiro e participou de Auditorias Especiais de Denúncias.

Em 1997, foi requisitado pela Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro para exercer as atribuições de Chefe da Seção de Ativos da Divisão de Recursos Humanos, e no ano seguinte assumiu a titularidade da Gerência de Recursos Humanos da Delegacia.

Com a mudança de nomenclatura das Delegacias de Administração para Gerências Regionais, foi convidado para exercer a função de **Gerente Regional de Administração no Estado do Rio de Janeiro**, nomeado pela Portaria n° 519, de 20 de setembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2001.

Bibliografia

AZAMBUJA, Ary Fontoura de. **Relatório da construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda**. Rio de Janeiro, 1944. 40p.

BARROS, Ulpiano de. **Relatório da diretoria do domínio da União**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1944. 244p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Arte no Palácio da Fazenda**. Rio de Janeiro, 1983. 84p.

______. **Relatório dos Ministros da Fazenda**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1939. 223p.

______. Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro. **Delegacias do Ministério da Fazenda** : síntese histórica e biografia de delegados. Rio de Janeiro, 1984. 170p.

BULHÕES, Augusto. **Guia do servidor**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1945. 145p.

60 ANOS DO PALÁCIO DA FAZENDA
MF/RJ

Botão de lapela comemorativo
aos 60 anos do Palácio da Fazenda

60 ANOS DO PALÁCIO DA FAZENDA
GRA-MF / RJ

Identidade visual institucionalizada
por ocasião dos festejos alusivos aos
60 anos do Palácio da Fazenda

Thereza Regina Barja Fidalgo

Formada pela Escola Nacional de Belas- Artes em Gravura, premiada no Salão da EBA de 1983 e no 11° Salão Carioca, na categoria gravura.

Trabalha há 16 anos na Seção Artística da Casa da Moeda do Brasil, atualmente no Setor de Talho-doce (gravura manual). Entre seus projetos mais importantes estão as cédulas de 50 cruzeiros homenageando Carlos Drummond de Andrade e a de 10 reais, em polímero comemorativa aos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Responsável pela criação da identidade visual para os 60 Anos do Palácio da Fazenda.

70 ANOS DO PALÁCIO DA FAZENDA
GRA-MF / RJ

GRA-MF / MG

CASA DA MOEDA DO BRASIL
CLUBE DA MEDALHA DO BRASIL

ESAF

BANCO DO BRASIL

PMERJ

ARAUJO ABREU
engenharia

DIMEP

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS